

**ACTA Nº 20**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2004**

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de dois mil e quatro, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 18, da sessão de 30 de Abril de 2004.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da acta nº 19, da sessão de 25 de Junho de 2004.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Lançamento da Derrama para o ano de 2005.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Imposto Municipal sobre Imóveis.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de emissão de Declarações de Utilidade Pública para efeitos de expropriação de parcela de terreno.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Aditamento à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2004.

PONTO TRÊS PONTO SETE: 1ª Revisão Orçamental.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal: mandou realizar a chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Ganito Bacalhau, António Luís Andrade, Ivone da Conceição Balseiro Espiguinha, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Noberto João Figueiras Alpalhão, Luís Manuel do Nascimento, Jerónimo João Pereira Cavaco, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Barroso Paixão, José António Carapeto Dias. Verificou-se a ausência dos membros Joaquim Miguel Bilro Manguinhas e António José Lopes Anselmo, que foram substituídos pelos membros Jacinto Mouquinho e Amélia Silveira Bilro.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pedia à membro Amélia Bilro que prestasse juramento.

O membro Amélia Bilro: Juro, por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Vamos iniciar a agenda de trabalhos, começando pelo Período de Antes da Ordem do Dia. Um ponto um (1.1): "Leitura de expediente".

**PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:**

**PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.**

O membro António Proença : Boa noite a todos. No que diz respeito ao expediente, a parte que nós considerámos relevante ou importante foi fotocopiada e entregue a todos os senhores Deputados. A restante correspondência encontra-se aqui, como habitualmente (anexo 1 e anexo 2). Se alguém quiser consultar, é só dizer. Muito obrigado.

## **PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:**

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, vamos passar ao ponto um dois (1.2): "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia". Se alguém se quiser inscrever, faz favor. Como não há inscrições, passamos ao ponto dois (2): "Período para Intervenção do Público".

## **PONTO DOIS: Período para Intervenção do Público.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Se alguém se quiser inscrever, do público, faz favor de se identificar-se e pedir autorização para falar. As intervenções do público são exclusivamente para fazer perguntas e não considerandos. Faz favor.

O membro Jorge Paixão: Boa noite. Chamo-me Jorge Paixão e gostava de perguntar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que recebeu um abaixo-assinado que um grupo de cidadãos elaborou, se já tem alguma resposta para nós e, se a tem, gostaríamos de ser esclarecidos em relação a esse abaixo-assinado. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: O abaixo-assinado que me foi presente não trazia morada, pelo que não teve resposta. A Mesa da Assembleia decidiu distribuir o documento a todos os seus membros e remetê-lo ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que ele pudesse informar esta Assembleia do seu entendimento sobre esse assunto. Portanto, eu passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Boa noite a todos. Relativamente a este assunto, suponho que é a terceira (3ª) ou quarta (4ª) vez que falamos acerca disto e a situação é a seguinte: existe, neste momento, um Plano de Pormenor, um Plano de Pormenor que está na fase de discussão pública que é o Plano de Pormenor da Zona Norte da Cerca. Esse Plano de Pormenor prevê a organização espacial de toda a zona, e a resolução de alguns problemas que lá existem, prevê a organização espacial de toda aquela área entre o antigo restaurante Mizangala, e a urbanização do senhor Manuel Ramalho, bem como o espaço das feiras e toda esta área à frente da Fonte das Bicas. Esse Plano suponho que foi já entregue, ou, pelo menos, uma versão prévia, na Comissão de Coordenação Regional e prevê a saída das famílias de etnia cigana do local onde se encontram instalados. Claro que essa deslocalização levou a que, há cerca de dois (02) anos, mais ou menos, tivesse havido, da nossa parte, uma preocupação em encontrar um local para a instalação dessas famílias. Acontece que era necessário encontrar-se um espaço fora do perímetro urbano e que tivesse fácil acessibilidade em termos de infra-estruturas; portanto, em termos de água, electricidade e esgotos. Procurando ver quais eram os terrenos que a Câmara Municipal dispunha - e outros - esforçámo-nos e a localização possível, aquela que, à partida, trazia menos encargos para a Câmara Municipal era uma localização num terreno que se encontra acima da linha do caminho-de-ferro junto à estrada das Cortes e que faz parte da mesma propriedade onde se localiza a Zona Industrial da Cruz de Cristo. Perante a cedência do direito de superfície desse terreno à Santa Casa de Misericórdia que é também parceira do projecto, deparámos com o abaixo-assinado que nos foi entregue. Abaixo-assinado esse, onde existem vários nomes sem o respectivo número do Bilhete de Identidade - embora alguns o tenham - e existem muitos nomes que são escritos com a mesma letra, ou seja, a mesma pessoa escreveu o nome do irmão, da prima, da tia, enfim. Bom, mas isso é o menos importante. Existe este abaixo-assinado que, numa fase inicial, não teve qualquer resposta, exactamente pela mesma razão que o senhor Presidente da Assembleia referiu há pouco: porque existiam aqui cento e tal nomes; destes cento e tal nomes, não havia ninguém que se identificasse como sendo o seu representante. Portanto, não faria sentido eu convocar as cento e tal pessoas até porque algumas delas não tinham sequer, nem número de telefone, nem direcção. Posteriormente a isto, num dia de atendimento público, houve uma reunião com algumas pessoas que são subscritoras do abaixo-assinado, tendo sido combinado que, após terminarem as férias - porque esta reunião realizou-se no dia vinte e seis de Agosto (26/AGO) - após terminarem as férias dos técnicos, far-se-ia uma reunião onde se indicava a todos os subscritores ou, pelo menos, àqueles que quisessem comparecer, o projecto de intervenção social com as pessoas de etnia cigana. Depois de termos combinado tudo isto, no dia trinta de Agosto (30/AGO), portanto, depois da reunião, cinco (05) desses subscritores enviaram um abaixo-assinado para o senhor Secretário de Estado da Administração

Local e para o Presidente da CCDRA. Esse abaixo-assinado teve a minha resposta. Neste momento, já se deslocou ao terreno a fiscalização da CCDRA, que eu tive o prazer de acompanhar. Penso que, se calhar, há-de haver algumas questões desagradáveis para todos porque este abaixo-assinado refere-se fundamentalmente ao facto daquele terreno ser RAN e REN. Claro que se, em vez nós quisermos instalar, naquele local, umas casas pré-fabricadas provisórias para instalação de etnia cigana, se calhar, se eu pretendesse lá instalar um hotel, ninguém se manifestava contra. Aliás, nessa reunião que foi referida, as grandes preocupações das pessoas tinham que ver fundamentalmente com roubos. Depois disso, alguns dos subscritores do abaixo-assinado também já estiveram numa reunião de Câmara onde lhes foi dito exactamente a mesma coisa. E, portanto, cá estamos para resolver o assunto, mas uma coisa é certa: é que nós temos aqui um problema que nunca ninguém resolveu nesta terra. Temos famílias de etnia cigana que estão num local em que travam o desenvolvimento do concelho e que têm que sair daquele local. Se é para aquele que, neste momento, está em condições de receber essas casas pré-fabricadas ou não, pouco importa. O que mais importa é que, realmente, se tem que encontrar uma solução, sob pena de se travar o desenvolvimento económico do concelho e habitacional do concelho. Estamos a aguardar com serenidade que os organismos competentes se pronunciem sobre isto, e após se pronunciarem, tomaremos as nossas decisões. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre este assunto? Doutor Luís Nascimento, faz favor.

O membro Luís Nascimento: Boa noite a todos. De facto, li atentamente o abaixo-assinado sobre as questões da viabilidade. Não me vou pronunciar sobre elas até porque o senhor Presidente já disse que há entidades; a CCDRA e a, e a outra entidade que não me recordo o nome, de facto, já estiveram no terreno e vão avaliar da instalação provisória dos elementos de etnia cigana naquela zona. Mas a intervenção do senhor Presidente suscita-me algumas perguntas e; meias perguntas, meios comentários. Portanto, referiu que, de facto, aquilo está integrado num projecto de intervenção social. Eu pergunto se um projecto de intervenção social passa por instalar fora do perímetro urbano - como o senhor Presidente disse - dezassete (17) famílias de etnia cigana. Se, desta forma, este projecto de intervenção social não está encaputado por um projecto de segregação social. É a questão que eu coloco, muito claramente, em relação a isto. Há experiência, noutros concelhos, de integração de elementos de etnia cigana nas populações que não esta que a actual maioria de Borba quer instalar no concelho. Para além dessas questões, parece-me, de facto, que lançar dezassete famílias para a parte de trás de uma zona industrial, junto a uma via de circulação rodoviária que dá acesso a um conjunto de propriedades e habitações; instalar dezassete famílias de etnia cigana que nós conhecemos; normalmente têm um grande número de jovens e crianças à sua guarda, filhos e netos, etc., junto a uma linha de caminho de ferro que, eventualmente, há projectos para reactivar; se isso, de facto, não será, em vez de estar a construir um projecto de intervenção social, se não é estar, de facto, a segregar ainda mais aquelas famílias que se pretende lá instalar. Para já, era a questão que eu queria colocar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre o assunto? Mário de Deus, faz favor.

O membro Mário de Deus: Boa noite a todos. Boa noite, senhor Presidente. Muito obrigado por me ter dado a palavra. Boa noite ao público. Esta questão é, para mim, uma questão fundamentalmente política. E na medida em que é uma questão política, é uma questão naturalmente para ser conversada e discutida nesta casa, aqui neste espaço, aqui neste sítio. É o que eu acho; é o que eu quero dizer, à partida. É uma questão política e tem que ser, e tem que ser encarada como tal. Ouvi os argumentos do senhor Presidente da Câmara, mais ou menos técnicos, mais ou menos cuidados, ponderados como lhe pertence ser. Ouvi a argumentação do meu colega de Assembleia, Luís Nascimento, e dei aqui uma gargalhada porque achei que estava a fazer ao contrário, não é? O abaixo-assinado vem num sentido; ele agora muda-lhe o carroto. São os textos, são os textos que nos habituou o Paulo Portas, toda aquela gente do "Independente", são os textos de quem é capaz de mostrar as vantagens e os inconvenientes e depois fala das vantagens quando lhe agrada, fala dos inconvenientes quando lhe agrada. Mas porque é política, a questão, acho que é de ser conversada aqui e nunca atiraria à cara, a uma questão destas, nunca deixaria de deixar claramente

expressa a minha opinião. Vou fazê-la por alguns pontos, três ou quatro pontos e depois uma consideração ao fim. O primeiro ponto é que, nesta terra, neste concelho, nesta nossa terra, neste nosso concelho, só podia dar a cara a um abaixo-assinado desses alguém que não estivesse cá, alguém que chegasse há pouco tempo. Não é por ser melhor ou por ser pior. Não é por xenofobismo como, às vezes, já tenho sido aqui acusado. Não tem nada a ver com isso. Porque só alguém que chegasse há pouco tempo é que podia fazer uma coisa destas porque não sabia que este acordo tácito vinha sendo feito há muitos anos. Há doze (12) anos ou há catorze (14) - nesta altura, se calhar, há catorze ou quinze (15) anos - desde o mandato da CDU que este acordo tácito, acordo implícito vinha sendo feito. "Não se mexe ali. Vamos adiando, vamos adiando, vamos adiando, vamos guardando e, quando for preciso, então, mexe-se. Vamos guardando terrenos. Vamos condicionando as urbanizações todas ali à volta. Vamos fazer ali uma bolsa de terra que pertence ao Município e depois, mais tarde, se vai ver o que é que se faz com essa bolsa de terras". Fingindo-se sempre que não se sabia ou que se sabia mal que estavam ali a viver dezassete (17) ou vinte (20) ou trinta (30) famílias de etnia cigana. Que até me parece mal a gente falar nisso porque, para mim, as famílias de etnia ciganas, nesta altura, se calhar, são melhores do que algumas famílias de etnias não ciganas que vivem aqui no meio da gente e que criam mais problemas. Eu quero afastar já essa questão das famílias de etnia cigana. Para mim, penso que fica já resolvido e espero que, quem não estiver de acordo comigo, me responda a seguir. Aliás, peço já ao senhor Presidente da Assembleia que, se o público quiser intervir para contrariar aquilo que eu disser, faça o favor de lhe dar a palavra porque acho que estas questões políticas têm que ser conversadas e discutidas aqui neste sítio. Faz muito mais sentido conversá-las e discuti-las aqui, cara a cara, olhos nos olhos, do que nas tascas e nos cafés. Senhor Presidente, registre já, se faz favor, o meu pedido. Se, eventualmente, fizer sentido. Portanto, para mim, não há famílias de etnia cigana, nem famílias de não etnia cigana. Há isto que eu lhe estava a dizer. Há catorze (14) ou quinze (15) anos que esta vila foi concentrando tudo ali, sobretudo o que era espaços verdes para fazer um jardim aqui ou um parque ali ou um campo de ténis noutro lado, não se faz. Foram hipotecando tudo àquela bolsa de terrenos. Sabendo sempre todos que estavam lá aquelas famílias a viver. Sabendo todos que aquela bolsa estava inviabilizada com aquelas famílias ali. Todos sabíamos isso. Todos, todos sabíamos isso e eu gosto de; desculpe, não lhe pareça arrogância, não é isso, mas eu gosto de correr os olhos nesta altura para dizer isto. Todos sabíamos isto. E se houver alguém que não soubesse isso, que me diga. Todos sabíamos que fomos juntando ali, fomos fazendo; toda a política urbanística desta terra - isto é que é triste - isto é que devia ser discutido aqui. Isto é que devia ser discutido e apreciado analisando os benefícios e os prejuízos de uma coisa destas, mas responsabilizar-se quem o fez. Todos sabíamos que isto estava a acontecer. A urbanização do senhor Manuel Ramalho, a urbanização da Cerca I, da Cerca dois II, da Cerca, todos os espaços verdes que deviam ter sido espalhados, que deviam ter sido disseminados pelas urbanizações, onde deviam ter sido feitos parques infantis, campos de voleibol, de basquetebol, espaços verdes, foi tudo concentrado para ali. Estas paredes, se falassem; estas paredes, se falassem, diriam-no. Ouvimo-los muitas vezes dizer isso. Está-se a apostar ali, está-se a fazer ali uma bolsa de terrenos que vai ser o espaço-chave do desenvolvimento do nosso concelho. Agora, de repente, dá-se uma volta a esta questão toda e aquilo que esteve implícito, que esteve aceite por todos, implicitamente, catorze ou quinze anos, passa a não estar implícito. É por isso que eu digo que, quem deu um pontapé de saída nisto tinha que ser alguém que não estivesse cá estes anos todos porque não se apercebeu do acordo que estava aqui tácito. Deve ser alguém que veio de fora, que não percebia como é que esta comunidade estava e que, legitimamente - e eu reforço - legitimamente estará a defender interesses que acha que são seus e que lhe pertencem; legitimamente, está a defendê-los. No referido abaixo-assinado eu tenho amigos pessoais, com quem já conversei, e a quem disse: "Eh pá, de facto, é pena, mas vocês chegam numa altura em que toda a vida económica do concelho foi dirigida naquele sentido. Portanto, vocês não façam disto uma bandeira como se fosse uma coisa de agora porque não é uma coisa de agora. É uma coisa que vem sendo feita, construída metodicamente há uma série de anos. e que agora, naturalmente, vai eclodir. Ou vai eclodir ou não vai eclodir se o Presidente da Câmara não tiver nervo para isso. Tem que eclodir. Chegou a altura. Chegou a altura, não se pode fazer mais nada. Aliás, o Presidente da Câmara sabe a minha opinião pessoal e perderia um amigo se não andasse com o processo para a frente. O processo tem que andar. Andámos tantos anos, já bastou os anos que bastaram; já bastou o compasso de espera que se fez. Há condições que objecto, mas eu quero - desculpe-me, Senhor Presidente, mas eu quero voltar para trás um pouco só para reforçar isto. Eu reconheço a legitimidade dos interesses de quem não pense assim. Reconheço e, frontalmente, lhe digo: "Defenda os

seus interesses. Combata, bata-se por isso. Tente fazer vingar os seus pontos de vista". O Presidente da Câmara tem que gerir os interesses do concelho, da comunidade. Não pode olhar aos interesses desta parte da comunidade ou daquela parte da comunidade; deste sector profissional ou do outro, ou da outra zona residencial. Não, tem que olhar aos interesses do concelho e tem que considerar que a Misericórdia tem um projecto aprovado há três (03) ou quatro (04) anos; não sei se há três ou quatro anos. Está aprovado. Portanto, o Estado Central aprovou, há três ou quatro anos, um projecto com verbas, com as correspondentes verbas para subsidiar esta mudança. Se não fizer isso, se a Câmara não fizer isso, está a infringir uma candidatura que foi feita, penso que pela Misericórdia ou pela Câmara - não faço ideia; não conheço os contornos, em pormenor disso - mas penso que a candidatura foi aprovada, portanto, foi aceite; foi aprovada nesta base: este dinheiro, este pacote financeiro destina-se a pagar a saída das famílias que estão naquele espaço indevidamente para que aquele espaço possa ser rentabilizado pela comunidade e a aí se possam concretizar interesses para o bem comum; aí se possam fazer as coisas que a Câmara dirá quais serão. Não sei: um parque de feiras; um parque de exposições; se calhar, coisas que todos nós, noutra perspectiva, noutra abordagem, achamos que já devia ter sido feita. É que, nesta altura, se confrontar os petiçãoários deste abaixo-assinado com o oposto, se utilizar a tática, outra vez, do Paulo Portas e do Rui Zink e daqueles, daqueles jovens todos que faziam os textos a dizer: "Se for assim, dá isto. Se for assim, dá aquilo"; se utilizar a mesma tática, se confrontar estas pessoas com esta perspectiva: "E, então, como é? Quando é que Borba tem um parque de feiras? Quando é que Borba cria uma estrutura que lhe potencie o seu desenvolvimento? Quando é que Borba dá uma passo significativo? Quando é que Borba dá sequência àquilo que se andou a fazer nestes últimos catorze ou quinze anos? Foi concentrar a li a bolsa de terras disponíveis para depois dar esse passo. Então, agora, adiamos outra vez esse passo?". Estes são dois (02) aspectos, penso que dois aspectos significativos .

O Presidente da Assembleia Municipal: Agradecia-lhe que fosse mais sintético. Está bem?

O membro Mário de Deus: Senhor Presidente, desculpe lá. Não era minha intenção, mas já sabe que eu cometo sempre este erro. Eu acho que as questões políticas de fundo da nossa terra, essas é que vale a pena discutir aqui. Eu sacrificava sempre outras coisas; o tempo das outras coisas, em função destas coisas que são decisivas e são importantes para a nossa terra. Estas é que marcam o nosso presente e o nosso futuro. Penso que com estas é que vale a pena a gente perder tempo. Aliás, eu continuo a dizer, só venho um pouco aqui à Assembleia já porque acho que isto é que vale a pena. Fez-me perder um pouco o meu ponto de vista, mas era só para lhe dizer que, esta argumentação me sai, me jorra cá mesmo de dentro. Portanto, não é, não tem aqui nada de facilitado, ou de dissimulado ou daquelas técnicas do "Independente" dizer bem e dizer mal ao mesmo tempo e depois apanhar só o que de lá convém. Eu ia só dizer que sentido faz para alguns patrícios meus - porque nascemos todos aqui e vivemos todos aqui e volto-me outra vez para trás para olhar porque é assim que eu gosto de fazer as coisas - que sentido faz, depois de terem feito o que eles quiseram naquela zona, nunca aqui caiu abaixo-assinado nenhum a dizer que fizeram isto mal ou aquilo mal e todos vimos, porque não é só agora que se tem olhos. Tivemos sempre olhos. Todos nós e eu, quando era vereador a esta Câmara - quando fui vereador da Oposição - também tinha olhos, também via. Nunca aqui caiu abaixo-assinado nenhum e não me custava nada ter pegado em meia dúzia de amigos e ter dito: "Vamos fazer um abaixo-assinado e vamos dizer que isto está mal e que aquilo está mal". Não senhora. Nunca aqui caiu abaixo-assinado nenhum. Aquela zona está intratável legalmente. Há ali de tudo, fez-se ali tudo. Cada um fez o que quis. Deu-lhe e sobrou-lhe tempo para mais. Desde malhadas para porcos, até ferros-velhos, tudo; está ali tudo feito. Que sentido faz agora trazer aqui - e é por isso que eu gosto que estas questões sejam, sejam conversadas aqui, neste sítio, que é a Assembleia Municipal, que é sítio onde isto deve ser conversado - que sentido faz agora - pergunto eu aos meus amigos, àqueles que nasceram aqui comigo e que estão aqui comigo, que vivem aqui comigo - que sentido faz agora vir com esta argumentação? Peço a todos: Ponham a mão na consciência e percebam que o tempo tem que andar. Eu não quero dizer nada; não, aqui não há uns que tenham razão, outros que não tenham. É o tempo. É o sinal dos tempos. As transformações têm que acontecer. Qualquer terra, como qualquer pessoa, como qualquer ser vivo se transforma, evolui, modifica-se. Nestas transformações, nestas modificações, às vezes, parece-nos a nós que ficamos prejudicados num bocadinho. Se calhar, até nem ficamos. As famílias de etnia cigana, no fim, têm os mesmos problemas que as nossas. Se calhar, para eles, arranjam a subsistência, o dia-a-dia é uma dificuldade deles e eles, se

calhar, já estão muito mais a pensar nisto do que noutra tipo de coisas. Portanto, penso que isto é igual para todos e peço a estes meus amigos que ponham isso à frente. Pensem que o tempo, ninguém o pára. Ninguém pára o tempo, não é? Nada pára o tempo. O tempo vai andando, as transformações vão-se sucedendo e que está na altura daquela transformação acontecer e, se puserem a mão na consciência todos, sabem que eu tenho razão. Sabem que não há nada a fazer e que aquilo que se está a querer fazer é tentar parar o tempo e ninguém pára o tempo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Moura Lopes, faz favor.

O membro Moura Lopes: Boa noite colegas da Assembleia. Boa noite público, estimado público. Eu penso que a intervenção - continuo ainda a chamar-lhe amigo - do meu amigo Mário Deus baralha as questões. Ele diz, começa por afirmar que é uma questão política. Se entendemos que tudo é política, é política. Eu penso que é mais uma questão social do que uma questão política. Na sua intervenção põe em causa o direito - passados trinta (30) anos do 25 de Abril - põe em causa o direito às pessoas se manifestarem. Através de abaixo-assinado, enfim, há várias formas de manifestação. Põe em causa este direito da população de Borba, o que me parece que é grave passados os trinta anos do 25 de Abril. Continua, o meu amigo Mário Deus continua a bater numa tecla que eu julgava que ele já tinha metido essa cassete na algibeira: os de fora. Os de fora? Então, há de fora e há de dentro? As pessoas que estão aqui em Borba são de Borba; são borbenses; trabalham para Borba. Trabalham connosco em qualquer lado. São portugueses, são alentejanos. Ó Mário, faz-me um favor: nunca mais me voltes a falar nisto numa Assembleia. Eu penso que isto é um erro crasso. Penso que um homem licenciado em Filosofia fazer afirmações dessas? Não há analfabetos em Borba que façam afirmações destas. Portanto, isto é de uma tristeza muito grande e digo isto aqui com todas as letras e digo-te que te considero ainda meu amigo. A questão que está aqui colocada, que está aqui em cima da mesa não é aquela questão que o professor Mário Deus colocou. A questão é outra. A questão é que se está a tentar encontrar uma solução precária para um problema que tem que ser resolvido, mas definitivamente. Naturalmente, eu também tenho a consciência, tenho a consciência que não há dinheiro suficiente para resolver os problemas todos de uma vez, mas há dinheiro para resolver os problemas a pouco e pouco. Dou-vos um exemplo: no Chalé foram instaladas duas (02) famílias ciganas; são menos duas. Agora estão lá dezassete (17)? Estavam lá mais. Estavam dezanove (19), agora estão dezassete. Isto é que é resolver o problema definitivamente. E agora vamos ver, tanto quanto me chegou ao conhecimento - se isto não for verdade, que me corrijam - há um projecto aprovado à volta de quarenta mil contos (40.000.000\$00). Quantas casas se podem fazer para estas pessoas, quantas famílias podem ser alojadas com quarenta mil contos? Podem ser algumas. Não serão todas e isto é que é, na minha opinião, resolver o problema social do nosso país - que não é só de Borba - e resolver o problema definitivamente. O que vai acontecer - ainda o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizê-lo - vão-se fazer ali ou noutra lado qualquer; eu nem estou a defender a localização agora. Vão-se pôr uns contentores, vão-se pôr uns pré-fabricados, etc., etc. Ora, os pré-fabricados não resolvem o problema. Na minha opinião - e é esta que eu deixo aqui - é preferível alojar - são dezassete famílias - alojar sete (07) condignamente e, noutra fase, se alojarão as outras com este dinheiro que ainda é bastante se, tanto quanto me disseram é à volta de quarenta mil contos (40.000.000\$00). Isto quando são quarenta mil contos, depois obras e mais obras, isto vai para cinquenta (50) ou para sessenta mil contos (60.000.000\$00) e a minha preocupação é que o problema não fique resolvido. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal: Para defesa da honra, faz favor.

O membro Mário de Deus: Garanto-lhe que não quero fazer apreciação política nenhuma àquilo que disse o Moura Lopes, é problema dele. Não é isso que eu quero contestar. Apenas lhe quero sublinhar, outra vez, que nunca fui xenófobo. Nunca tive nada contra os de fora, nem a favor dos de cá. Sempre acreditei que de cá são todos os que querem ser de cá. Nesta altura, já tenho mais dúvidas. Nesta altura já tenho dúvidas que alguns que vêm de fora; e não estou a pensar nas pessoas do abaixo-assinado que esses não conheço nem tenho nada para dizer. Estou a pensar nalguns que conheço, que conheci ao longo destes doze (12) anos e que me parece que, por virem de fora, também não queriam tanto ser de cá como diziam.

O Senhor Jorge Paixão: Bem, eu não tenho nada a ver com estas guerras políticas. Eu limito-me apenas a dar indicações técnicas. Portanto, no abaixo-assinado foram referidas questões de ordem técnica que eu mantenho e que são de tal maneira verdade que também tenho aqui um parecer da Câmara Municipal de Borba sobre um pedido de viabilidade de construção num terreno, exactamente nas mesmas circunstâncias daquele onde a Câmara Municipal quer instalar essas famílias que penso que, que serão todas de etnia cigana, contra as quais eu não tenho rigorosamente nada; nem as conheço. Portanto, não se trata de problemas - para mim - de ordem social, mas sim técnica. A Câmara Municipal fez este parecer, portanto, onde diz: "À luz do instrumento de ordenamento aplicável - o Plano Director Municipal de Borba - o prédio é abrangido pela classificação de área agrícola condicionada. Tal classificação é mencionada no regulamento do PDM como sendo constituída por solos incluídos na RAN e por outros solos com importância local, mas onde ocorrem condicionantes biofísicos, nomeadamente, de REN ou de protecção natural". Depois, mais adiante: "Ora, da leitura da carta de condicionamentos do PDM verifica-se que, efectivamente, a propriedade é abrangida pela reserva agrícola e ecológica - RAN e REN - do disposto número um (n.º1), do artigo quatro (art.º4) do Decreto-lei noventa e três barra noventa (93/90) são proibidas as acções de iniciativa privada que se traduzam em operações de loteamento obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal. Deste modo, verifica-se inviável a implantação de qualquer edificação para a localização em apreço. Será relevante mencionar que as consultas a entidades externas que, à luz da legislação aplicável, se deveriam proceder no âmbito do presente processo, nomeadamente" - tal, tal, tal - "se verificam desnecessárias face à impossibilidade que o próprio instrumento de ordenamento define quanto à pretensão. Portanto, tendo em conta o exposto anteriormente, propõe-se não proceder a tais consultas atendendo à fundamentação presente neste parecer. Propõe-se o indeferimento da pretensão". Portanto, a própria Câmara no dia vinte e um do quatro de dois mil e quatro (21/04/2004) dá um parecer destes que inviabiliza a construção de edificações em terrenos da área agrícola condicionada da RAN e REN. Então, tem dois pesos e duas medidas, a Câmara? Como é a Câmara interessada em construir lá o bairro com vinte e duas (22) habitações no terreno da RAN e da REN, em área agrícola condicionada, a Câmara já pode fazer isso. Portanto, é apenas um problema técnico. Não tem nada a ver com problemas de ordem social, nem outro tipo de problemas. É, pura e simplesmente, um problema de ordem técnica. Gostaria que me justificassem esta situação.

O Presidente da Assembleia Municipal: Com certeza, obrigado. Doutor Nascimento, faz favor.

O membro Luís do Nascimento: É só para comentar um pouco a intervenção do Mário Deus que ele, de facto, é hábil nas palavras, nós reconhecemo-lo - eu, pelo menos, eu reconheço - e procurou dar a volta a esta questão porque o que está aqui em discussão não é não retirar as barracas que estão nas Mós, a questão que eu coloquei foi diferente que é: porquê fora do perímetro urbano. Porquê num projecto de intervenção social e - como agora ouvi dizer - com os custos que vai ter numa instalação provisória, que não é definitiva, não é? Isto, de facto, tem alguma coisa a ver com planeamento? Pergunto eu. E também deixo no ar outra pergunta que é: que interesses é que, de facto, haverão, então, para aquele espaço estar a ser ocupado pelas barracas nas Mós? Que interesses imobiliários haverá por trás desta questão? É que, de facto, se há assim tanta urgência, alguma coisa haverá, de facto, para podermos ter em atenção. Eu volto a realçar a necessidade, de facto, deste projecto ser bem equacionado. O retirar aquelas famílias das Mós não quer dizer que seja enviá-las para outros locais mais afastados e mais segregados do que estão neste momento. Penso que o projecto, se a Misericórdia está empenhada no projecto, acho que tem, que tem preocupações de carácter social muito elevadas e que deveria ser equacionado, de facto, a reintegração daquelas famílias no seio de Borba, dos borbenses ou de outras freguesias ou de outras localidades do concelho e não da forma como a Câmara, de uma forma apressada, procura fazê-lo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mário de Deus, se faz favor.

O membro Mário de Deus : Obrigado, senhor Presidente. Eu estava a ver se não me dava já a palavra para não me rir, para não dar aqui uma gargalhada ao microfone porque, de facto, acho que isto merecia uma gargalhada. Esta intervenção do meu colega doutor Luís Nascimento merecia uma gargalhada, não é? Para quem foi assessor do Presidente da Câmara no último mandato, falar desta forma, isto merecia uma

gargalhada, não é? Interesses imobiliários para aqui, interesses imobiliários para ali. . Ele que sabe perfeitamente o que se pretende fazer naqueles terrenos, dado que a ideia já vem de trás. Àquele amigo do público, penso que isto reforça um pouco o que eu disse e mostra a todos que estão aqui - especialmente ao público, que é para esses que a gente aqui está, é a pensar neles que a gente aqui está - isto reforça a todos a quantidade de hipocrisia que vai aqui à volta. E à volta também da intervenção do Moura Lopes. Falou o senhor Jorge Paixão que é meu concidadão, é meu patrício de Borba, mas que eu não o conheço, nem tenho o prazer nem a honra de conhecer - não calhou - mas que não é menos que eu e que eu reconheci sempre que tem toda a legitimidade, eu reconheço-lhe toda a legitimidade e, se puder ajudar a que ele defenda a sua bandeira, eu ajudo. Está em Borba há pouco tempo, com certeza. A seguir falou o Luís Nascimento: está em Borba há pouco tempo também.. Mas não, mas ele continua a asneirar; problema dele. Continua a ser meu amigo, o doutor Luís Nascimento, à mesma. E isto prova que a aleivosia, a má vontade - merecia outra palavra aqui; não digo por respeito ao público - da intervenção do Moura Lopes, mas lá fora digo-te. A sacanice - olha, sempre digo - a sacanice da tua intervenção porque eu não distingo as pessoas porque são de cá ou se não são de cá. Para mim são; se estão cá, são de cá, são todos legítimos; todos têm é que saber os seus interesses. Agora, a intervenção daquele amigo ali da Bancada do Público convenceu-me que o senhor Presidente tem razão. Aquele amigo está a defender e, muito bem, os interesses privados. A resposta que foi dada a um interesse privado. Ele leu objectivamente, e leu muito bem, a resposta que a Câmara deu a esse interesse privado e a qualquer interesse privado eu daria a mesma resposta. Agora, não pode, o meu amigo - e desculpe agora que eu fale directamente para si - não pode querer que a Câmara trate os borbenses todos como o tratou a si. Os seus interesses privados são legítimos, são sérios, são dignos. Já lhe disse, se eu puder ajudá-lo, peça-me ajuda que eu ajudo-o. Agora, não tem é nada a ver com os interesses de Borba. Quando os seus interesses privados; os seus ou os meus ou os deste meu camarada de Bancada ou daquele meu companheiro aqui de Assembleia chocarem com os interesses públicos, aí, não tenho dúvida nenhuma: primeiro estão os interesses públicos. O meu amigo, se calhar, é que, antes de ter entrado nalguns negócios, nalgumas compras que fez, devia ter perguntado primeiro como é que as coisas estão. Agora, o Presidente da Câmara, quando lhe responde isso, eu não sabia, mas eu assinava por baixo. Os interesses públicos, os interesses do nosso município todo têm que estar, forçosamente, acima dos interesses de um privado; seja o senhor, seja eu. Mas, quando forem os meus, que lhe deixam a mesma consideração, que os pesem da mesma maneira. Que nunca, e nunca pedirei a amigo nenhum que ponha os meus interesses privados acima dos interesses públicos. Podia dizer mais coisas, nesta altura, que era fácil, mas não digo. Muito obrigado, senhor Presidente.

O membro Filipa Almeida: Senhor Presidente, estou muito desgostosa neste momento. Já não devia ser ingénua, mas, às vezes, ainda sou porque nós aqui já estamos habituados a esta linguagem do senhor doutor Mário de Deus. Já estamos habituados; infelizmente, já estamos habituados à falta de respeito, às ofensas, às calúnias, mas o público não tem que estar habituado a isto. Os membros do público, o público que aqui está não foi eleito para esta Assembleia Municipal, portanto, eu só cá estou se quiser e, quando não quiser ouvir, levanto-me e vou embora, mas o público vem aqui colocar um problema e estão ali, não está só o senhor Jorge Paixão que já falou, estão várias pessoas que eu conheço e que assinaram este abaixo-assinado. O público não devia ser obrigado a sujeitar-se a esta falta de respeito e a estas ofensas porque as pessoas que ali estão atrás já foram ofendidas e o senhor Presidente da Assembleia desculpe-me, mas se fosse algum dos eleitos da CDU a ter aquela intervenção, o senhor já nos tinha mandado calar e ao doutor Mário não mandou calar. Chamou a atenção. Chamou à atenção.

O Presidente da Assembleia Municipal: Desculpe, eu não estou habituado a ouvir estas conversas, mas também já as tenho ouvido da sua Bancada.

O membro Filipa Almeida: O senhor não está habituado a ouvir, mas deixa falar. Não quer estar habituado a ouvir, mas deixa falar. E agora, como estou eu a falar, o senhor Presidente, até pode desligar o microfone que eu vou continuar a falar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Faz favor de falar.

O membro Filipa Almeida: O que eu queria dizer também, a propósito deste assunto, é que há aqui duas (02) situações que me parecem diferentes: uma (01) delas tem a ver com questões de ordem social e com a questão de realojamento e de integração ou não integração social de um conjunto de famílias que estão há muitos anos - como já foi dito - numa determinada zona da vila e esse problema, eu gostaria que o senhor Presidente da Câmara, pelo menos, tomasse nota deste, deste meu desejo. Esse problema de reintegração ou de realojamento, de integração social ou não, eu gostaria de, nesta Assembleia, poder discuti-lo, calma e tranquilamente, com a Câmara, sem que ele fosse também misturado com uma reacção de munícipes, que é legítima, destes ou de outros com o abaixo-assinado que aqui está. Em relação, portanto, em relação à questão social, eu não me vou pronunciar. Acho que isso não é um assunto fácil, naturalmente; não é em Borba, nem em nenhum concelho, mas é um assunto que concordo com o senhor Presidente que tem que ser resolvido. Também a situação em que aquelas barracas estão nas Mós é uma situação tudo menos digna, e já lá estão há muitos anos, naturalmente. Não estou a esconder nada e a dizer: "Nós fizemos bem. Vocês é que estão a fazer mal" Não, não é nada disso. Portanto, a questão social não a quero discutir, até porque o que trouxe aqui esta discussão foi um abaixo-assinado cuja fotocópia temos na frente, que tem muitas assinaturas; não as contei, mas tem muitas assinaturas e que levanta questões variadas também. O próprio abaixo-assinado levanta questões variadas, mas levanta - e agora, verbalmente, também nos foi recordado - levanta questões de ordem legal, de ordem técnica, de ordem do planeamento que os munícipes que os assinaram têm direito a uma resposta. Naturalmente que as respostas podem ser orais, podem ser verbais; podem ser por escrito, mas a minha opinião é que a Câmara já poderia ter dado resposta por escrito a este abaixo-assinado às questões concretas que aqui são levantadas, mas pode fazê-lo e deve fazê-lo. Portanto, é obrigação da Câmara responder, tal como os munícipes fizeram, responder por escrito, às questões que aqui estão colocadas. Não me parece que o facto de não virem indicadas moradas ou a morada do primeiro subscritor possa ser um problema porque conhecem-se. Eu não conheço todas as pessoas cujos nomes aqui estão, mas conhecem-se e o senhor Presidente, certamente, conhece muitos dos subscritores do abaixo-assinado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Desculpe. Estava a falar para mim, quando se refere a Presidente?

O membro Filipa Almeida : Não, agora estava a falar para o senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia Municipal : Então, agradecia que, quando falasse para o Presidente da Câmara, dissesse Presidente da Câmara.

O membro Filipa Almeida: Eu referi. O senhor Presidente não ouviu, mas eu referi. Portanto, esta questão do abaixo-assinado, acho que as pessoas têm direito a uma resposta; deve ser respondida. Daquilo que ouvi também, já há outras entidades envolvidas no assunto. Destas, os munícipes que o fizeram, têm direito a uma resposta. Se têm razão em tudo, se não têm razão em tudo, é uma questão que a Câmara também avaliará. A outra questão social, eu gostaria que ela fosse tratada não desta forma misturada com esta, e não neste momento em que o representante dos subscritores também já nos disse que não têm nada a ver e que não está muito interessado nestas discussões políticas sobre o passado ou sobre o futuro.

O Presidente da Assembleia Municipal : Engenheiro Cabral, faz favor.

O membro Carlos Cabral: Boa noite. Muito obrigado. Temos, perante a Mesa, um problema em três (03) vertentes. A primeira é uma vertente dita, pela intervenção do público numa vertente técnica. A vertente técnica não pode ser objecto de discussão nesta Assembleia Municipal, na medida em que já foi aqui informado que foram pedidos pareceres às entidades que supervisionam essas questões e, a maior parte dos elementos que estão aqui presentes, não têm nem preparação, nem competência, nem capacidade profissional para estar a discutir o problema técnico. A outra vertente segunda, que aqui foi posta é a vertente social. Sobre políticas de inclusão social ou políticas contra a exclusão social entre minorias ou entre pessoas que foram conduzidas pela vida à exclusão social, há trinta e três (33) hipóteses de trabalho. Não há uma; não há a hipótese só de integração nos bairros sociais; essa, até pode ser a pior. Quer dizer, se formos para Espanha, há outras soluções. Se formos ver toda a teoria sobre a inclusão social, luta contra a exclusão social, há variadíssimas soluções dos quais uma pode ser melhor que outra. Parte do

estudo da realidade interrogar a realidade, perceber, quer dizer, qual é a solução em cada caso. Não é, sempre uma só solução que dá resposta. A terceira (3.<sup>a</sup>) vertente da questão é a vertente da expansão da vila para terrenos que são há muito tempo a chamada reserva urbana e que têm a ver com a urgência de aproveitamento, quer de fundos comunitários para projectos, quer, de facto, de abrir, de uma vez por todas, a vila de Borba para o lado da Estrada Nacional e resolver até problemas de circulação interna. E essa questão vem associada esta na medida em que há famílias que há longos e longos anos, vivem condições, que de facto, não podem ser descritas com dignidade nem de outra maneira qualquer, quer dizer, dezassete (17) famílias agora, recenseadas - já foram mais; já foram menos, com certeza - quer dizer, que estão presentes nesses terrenos. Logo, é evidente, que não se pode agora impedir a resolução dos problemas colectivos com políticas públicas de interesse para a vila sobre esta questão. Então, as pessoas que têm alternativas diferentes; seja de políticas de inclusão, seja de deslocamento das pessoas, têm a obrigação também de propor essas alternativas. Quer dizer, e até agora, ainda não vi proposta nenhuma de alternativa; porque não propor alternativas é adiar indefinidamente, durante mais dez (10), uma dezena de anos, a resolução do problema, quer dizer, da expansão e da reserva dos terrenos urbanos. Havendo alternativas dentro da vila que permita, até as obrigações sociais, as crianças irem às escolas, etc., então, tem que se propor essas alternativas. Agora, também é preciso dizer que em relação aos outros os problemas técnicos, as construções provisórias são tratadas de forma completamente diferente das construções definitivas. Não se pode confundir, nem vir confundir uma coisa com a outra porque isso é que, de facto é, trazer a confusão. Não é a mesma coisa uma edificação urbana com um projecto aprovado de construção, em cimento, etc., com edificações provisórias para resolver um problema. Não, não podemos confundir os parâmetros da questão porque, senão, estamos a confundir tudo. Muito obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal : Tenho estado a ouvi-los atentamente e queria fazer só dois ou três comentários que me parecem pertinentes relativamente a algumas questões que ouvi. É óbvio que o problema é um problema delicado, que eu compreendo perfeitamente os interesses privados, mas, em minha opinião, os interesses públicos sobrepõem-se aos interesses privados, mas é legítimo que as pessoas, de facto, reclamem os seus direitos. Claro que grande parte desses direitos e grande parte das argumentações são sempre discutíveis, sempre discutíveis. Estarei, estamos com serenidade a tentar tratar o assunto, mas isso não quer dizer que eu não tenha que fazer aqui alguns comentários. O senhor Deputado Luís Nascimento diz, falou em "encapotamento de um processo de desagregação social. Lançar dezassete (17) famílias para trás da zona industrial". Quer dizer, isto são coisas que eu não queria comentar, mas não posso deixar passar uma coisa desta em branco. Então, o senhor doutor Luís Nascimento preocupa-se agora que sejam lançadas dezassete famílias para trás da zona industrial em casas pré-fabricadas em condições mais dignas do que aquelas em que vivem hoje e não esteve preocupado, nem o senhor, nem a força política que esteve no Poder doze (12) anos, em manter aquelas barracas no estado deplorável em que se encontram. Isto é uma coisa que, a mim, me deixa perplexo com aquilo que acabei de ouvir da sua parte. Depois, relativamente ao senhor Moura Lopes também referiu aí que "devia ser encontrada uma solução definitiva porque esta é uma solução precária". É óbvio que sim. O senhor Moura Lopes esteve cá na Câmara também, aliás, está cá há muitos mais anos do que eu, ligado a cargos políticos e o senhor Moura Lopes, nunca; nem o senhor, nem a força política que aqui esteve a representar, esteve preocupado em fazer maiores bairros de habitação social. Apenas fez aqueles na zona industrial, junto à zona industrial, onde realojou duas (02) famílias de etnia cigana. Ora, se realmente isso fosse uma preocupação sua e da força política que representa, provavelmente este assunto já estaria resolvido. Portanto, não percebo porque é que não resolveu em doze (12) anos que cá esteve? Depois, eu queria-lhe perguntar, diga-me aqui qual é o espaço que o senhor tem em Borba para construção de habitação social neste momento. Diga-me. Eu quero instalar e gostaria de instalar, não criar - e penso que esta não é a ideia - não criar guetos. Eu defendo que, sim senhor, que as famílias de etnia cigana devem ser divididas, devem ser reinstaladas. Considero tudo, mas também não me esqueço de uma coisa importante: é que dentro da vila, se calhar, nós temos algumas famílias que vivem em condições, se calhar, tão degradantes como aquelas em que vivem os ciganos e eu nunca vi ninguém preocupado com isso. Estamos nós preocupados e vai, na próxima semana à reunião de Câmara, um regulamento de recuperação de habitações dessas pessoas. Também diz que o problema não fica resolvido. É óbvio que não fica resolvido definitivamente. Eu gostaria muito de o ver resolvido definitivamente, mas a minha ideia era, pelo menos, transitoriamente, permitir que aquelas pessoas vivam em condições mais dignas e,

logo que haja possibilidades de habitação social, obviamente que essas famílias serão transferidas porque o que se pretende instalar ali não é a construção - eu já disse isto tantas vezes - não se pretende construir coisa nenhuma. O que se pretende e, para mim, construção significa colocar tijolo em cima de tijolo. Admito que haja outras opiniões, mas, para mim, construir significa alicerces com tijolo em cima de tijolo. Não é isso que se pretende ali fazer. O que se pretende ali é instalar habitações que são habitações provisórias e que têm como objectivo serem libertadas à medida que se forem encontrando soluções para a instalação definitiva dessas famílias que é discutível até se elas querem ou não. Aliás, o professor Cabral disse, e muito bem, que essa situação, se calhar, nem é uma situação que agrada às próprias pessoas de etnia cigana. Aliás, se calhar, eles não são assim tão receptivos a isso que os senhores referem aqui. É preciso, às vezes, termos conhecimentos que nos permitam fazer afirmações, sob pena de dizermos grandes asneiras. Depois, em relação àquilo que disse o senhor arquitecto Jorge Paixão, em que volta a referir a construção, já tive a oportunidade de dizer que, para mim, isso não é construção e, para terminar mesmo, vou novamente responder ao senhor doutor Luís Nascimento. Perguntar se isto tem alguma coisa que ver com planeamento. É óbvio que tem que ver com planeamento. Se calhar, o ideal era encontrar-se uma solução definitiva. Temos que encontrar um espaço onde se localizem essas habitações ainda que provisórias. Que interesses estão por trás disso? Eu, essas insinuações nem sequer as admito. É que eu estou em Borba, como Presidente da Câmara, mas eu não tenho terrenos para rentabilizar; nunca tive. Nem tenho negócios com coisa nenhuma. Percebe? Registe isto e penso que lhe faz muito bem. Desculpe. O senhor disse, eu ouvi-o atentamente e não me pronunciei. O senhor insinuou, o senhor insinuou aí que há interesses por trás disto. Se há interesses, olhe, meus não são. Seguramente. Depois, referiu também que é uma forma apressada de tratar o assunto. O senhor acha que é uma forma apressada? A CDU esteve aqui 24 anos com um interregno de quatro (04), por uma Câmara do Partido Socialista; esteve cá praticamente desde o 25 de Abril e não resolveu o problema. Se há aqui alguém com grandes responsabilidades pelo facto de não ter instalado estas famílias de etnia cigana, é a força política que o senhor representa. E para terminar mesmo, relativamente às afirmações da senhora doutora Filipa, em que referiu que há duas situações diferentes, sendo uma de ordem social que gostava de discutir com a Câmara. Eu discuto, discuto tudo e com toda a gente sempre com o objectivo de tentar resolver os problemas. Mas não se esqueça de quem está por trás de tudo isto, há uma série de parceiros. Há um projecto de intervenção comunitária que é quem discute todas estas coisas, onde participa a Câmara, a Santa Casa da Misericórdia, a Saúde, a Segurança Social e toda uma série de parceiros que estão preocupados com esta situação. Temos que encontrar uma solução. Se me dissesse que o terreno não era aquele, que era um outro terreno; se me encontrar um terreno fora do perímetro urbano com água, luz e esgotos, porque onde se pretende instalar provisoriamente as famílias, noutro local que não seja aquele, eu instalo seja onde for. O trabalho que lá foi feito, eu depressa coloco lá o coberto vegetal, basta semear lá um relvado. Se eu semear, naquele espaço, um relvado e plantar novamente umas oliveiras, e fica o assunto resolvido imediatamente. Agora, eu, o que entendo é que aquilo é um espaço público, é um espaço da Câmara que pode ser rentabilizado para várias situações, para vários equipamentos. E, para já, disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor Jorge Paixão, queria usar a palavra?

O Senhor Jorge Paixão: Sim. Era, era só para esclarecer o senhor doutor Mário, mas ele não está presente. É que isto não se refere a coisa nenhuma de interesse pessoal. Isto é um parecer que a Câmara deu a um outro cidadão que nada tem a ver comigo. Portanto, e aquilo que eu não gostava que acontecesse é que a Câmara Municipal, que é a entidade que tem que dar estes pareceres; que tem que zelar pelos interesses do concelho, tenha dois pesos e duas medidas. Não se trata de serem interesses particulares ou interesses públicos porque, se calhar, o interesse depois, de quem irá comprar os terrenos que estão, que vão ser postos depois à venda em hasta pública, também serão interesses privados. Não tem nada a ver com interesses públicos. Portanto, a única coisa que eu vejo que terá a ver com o interesse público ali será a construção de um pavilhão multiusos, mais nada. O resto, são interesses particulares de quem irá comprar ali os lotes de terreno que irão ser postos à venda. Portanto, o crescimento, de facto, de Borba para aquele lado, sim senhora, faz todo o sentido e eu, inclusivamente, apoio que Borba cresça para ali e o mais depressa possível. Agora, uma coisa é a Lei, portanto, e a Lei é claríssima, portanto, e não deve haver dois pesos e duas medidas. Portanto, ao contrário daquilo que o doutor Mário de Deus sugere que possa,

eventualmente ser feito. Portanto, se é interesse público, é de uma maneira; se é interesse privado, é de outra. Portanto, o meu problema, o meu interesse privado, por acaso, até já foi resolvido há nove (09) anos, quando eu para aqui vim. Não tem nada a ver com isto. Portanto, depois, em relação àquilo que são construções provisórias e precárias, curiosamente, hoje andei toda a tarde a ver em enciclopédias e em dicionários qual é que é o conceito de "provisório" e a única menção que aparece a "provisório" em termos de construções é quando se refere a barracas. Portanto, diz aqui: "Construção; "Barraca": - construção provisória geralmente de madeira ou lona, casa humilde, tenda". É a única referência que existe a "construção provisória"; portanto, é barraca. E não é isso que eu gostava de ver a servir de alojamento para essas famílias que, com certeza, merecem muitíssimo mais porque os terrenos onde elas estão, se calhar, valem muitíssimo mais do que aquele para onde as querem mandar. Portanto, é só esse o meu descontentamento e não tenho; volto a dizer que não tenho rigorosamente nada a ver com políticas, nem me agrada, francamente, assistir a isto que todos nós estamos a assistir. Francamente, eu pensava que as reuniões da Assembleia Municipal eram um bocadinho, de nível um bocadinho mais elevado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Queria só dizer-lhe uma coisa. Eu deixei-o falar - um momento só - eu deixei-o falar como entendeu, mas tem que compreender que este período reservado ao público não tem esse âmbito de apreciação. Essa apreciação final que fez é uma apreciação política e existem meios para exprimir essa posição política que não são os que utilizou. Compreendeu? É só isso. António Paixão, faz favor.

O membro António Paixão: Boa noite à Mesa, companheiros de Assembleia, estimado público. Na resposta que o senhor Presidente da Câmara deu já vi que - e era isto que eu queria pedir ao Executivo da Câmara - já vi que ele está aberto a alternativas. Portanto, e era essencialmente aqui que eu queria focar a minha intervenção, é que, pelo número de descontentes que temos no concelho com esta mudança da instalação da etnia cigana, valeria a pena fazer um esforço até ao fim, até ao final mesmo para conseguir, enfim, que não houvesse este número tão grande de descontentes. Ainda, realçando aqui, mais uma vez, todas as questões de ordem social e técnica e económica que a questão envolve, eu creio que ficou bem expresso, neste diálogo que tem havido entre as duas (02) Bancadas, que ele é também um problema político. Alguém já agarrou, de tal forma, este problema, que deu origem a toda esta discussão aqui, em plena Assembleia. Quero terminar só com um pedido, mais uma vez, ao Executivo da Câmara que se vir alguma alternativa, que tente contemplar todos os descontentes por esta situação.

O Presidente da Assembleia Municipal :: Mais alguém se quer inscrever sobre este assunto? Mário de Deus, faz favor.

O membro Mário de Deus : Senhor Presidente, eu não queria voltar a falar nisto, nem queria ser chato. Era a última coisa, era a última coisa que eu estava interessado, era prolongar mais esta conversa que aquilo que ela merece, mas, como estava lá fora quando me disseram que o senhor doutor se estava a referir à minha pessoa, eu não quis passar por mal criado e vim, tão rápido quanto me foi possível, ouvir a intervenção. Tenho a dizer duas coisinhas ou três; aliás, não sei, mas quem trabalha com ideias sabe que, às tantas, quando se trabalha com ideias, não é a mesma coisa que trabalhar com objectos, não é? Os objectos a gente joga-os para cima, joga-os para baixo. Quando se trabalha com ideias, é mais complicado que isso. Também temos que ter alguma seriedade; temos que ter alguma honestidade interior para poder fazer estas coisas. Eu comecei a minha intervenção, há pouco, por dizer que reconheço a legitimidade e a legalidade das pretensões das pessoas. Também reconheço, já com mais dificuldade, mas reconheço à mesma que um privado, quando sabe que não pode requerer uma coisa, a requeira; a tente obter e parece-me, ainda de alguma maneira, legítimo. Também sou português, também gosto de fugir ao fisco. Portanto, se a gente sabe que a zona é isto ou é aquilo, então, a gente não a quer para coisa nenhuma. Não pode lá fazer, não faz, não requer, não se mete nisso, não é? Portanto, assim entendo, também gosto de fugir ao fisco; se puder, também fujo ao fisco, não é? Agora, quando chega a questão a este ponto em que chegou já, em que penso que aquele senhor doutor já percebeu que não é política esta conversa; que é apenas uma questão de quem está, de quem está seriamente com os avós, com os pais, com os tios, com os irmãos, com os amigos, com os vizinhos que viveram aqui, que nasceram aqui, que vivem aqui, que estão aqui e que querem que esta comunidade, dei-a um salto, não estamos contra ele. Por estar com eles

não estamos contra ele. Penso que já percebeu isso, claramente. Era só isso que eu queria e só cá vim, portanto, para dizer isto. Por se estar com os nossos, não se está contra um interesse privado, seja ele qual for e queria que isso ficasse dito. Por se estar com os nossos, não se está contra interesse nenhum. E digo-lhe outra vez, olhos nos olhos, por se estar com os nossos, não se está contra ninguém. Quanto ao resto, penso que fez um elogio espectacular a esta Assembleia Municipal. Disse que esta Assembleia desce até onde for preciso para discutir os assuntos dos munícipes. Conforme o nível dos assuntos, assim esta Assembleia desce lá e vai lá e procura e tenta apanhá-los cá para cima e discuti-los como cidadãos e como borbenses. Foi um elogio que fez, como há muito tempo não ouvia, ao funcionamento democrático desta Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal : Pronto. Não há mais inscritos sobre este ponto e, portanto, dou-o por encerrado.

## **PONTO TRÊS: Período da ordem do dia**

### **PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 18, da sessão de 30 de Abril de 2004.**

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos passar ao ponto três (3): "Período da Ordem do Dia". Ponto três um (3.1.): "Análise Conducente à Aprovação da Acta número dezoito (18) da sessão de trinta de Abril de dois mil e quatro (30/ABR/2004)". Portanto, pergunto se há alguém que se queira inscrever para falar sobre este assunto.

O membro Ivone Espiguinha : Agradecia que o meu nome fosse retirado porque eu não estive, não estive presente.

O Presidente da Câmara Municipal : Senhor Presidente, é só uma questão de pormenor, mas na página número quarenta (40), na página número quarenta onde se refere a Agripapel, não é Agri, mas é Agnipapel. Em vez do R é um N.

O Presidente da Assembleia Municipal : Pronto. Vão ser consideradas as alterações. Vamos passar à votação da acta. Agradecia que tomassem os lugares, faz favor. Quem vota a favor da aprovação da acta, faz favor de levantar o braço. Fazem favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, a acta está aprovada por maioria com dez (10) votos a favor, cinco votos contra e quatro abstenções.

### **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da acta nº 19, da sessão de 25 de Junho de 2004.**

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos passar ao ponto três dois (3.2.) "Análise Conducente da Aprovação da Acta número dezanove (19) da sessão de vinte e cinco de Junho de dois mil e quatro (25/JUN/2004)". Alguém quer falar sobre esta acta? Faz favor, senhor engenheiro Cabral.

O membro Jerónimo Cavaco: Na página onze (11), cá em baixo, quarta (4.<sup>a</sup>) linha, a partir daí, terá que se abrir aspas e é citação. Crispim Consolado que aqui vem: "São cinquenta (50) moradores que, certamente, foram", isso é tudo citação.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém quer falar sobre a acta? Não. Portanto, vai ser posta à votação. Quem vota a favor da aprovação da acta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra a aprovação da acta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota a favor? Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. A acta está aprovada por treze (13) votos a favor, cinco (05) votos contra e uma (01) abstenção.

### **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Lançamento da Derrama para o ano de 2005.**

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos passar ao ponto três, três (3.3.): "Lançamento de Derrama para o ano de dois mil e cinco (2005)". Passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, relativamente a este ponto: "Lançamento de Derrama", portanto, de acordo com aquilo que os eleitos do Partido Socialista sempre defenderam, achava-se que a Derrama era um dinheiro que era recebido e que não devia ser utilizado pela Câmara para suportar as suas despesas, as suas despesas correntes. No ano passado isso aconteceu; aliás, foi dito que este dinheiro era um dinheiro que nunca seria utilizado em despesas correntes da Câmara, portanto, e para isso, criámos o fundo FAME, programa FAME; um fundo de apoio às pequenas e médias empresas. Queria dizer-vos que esse fundo é de cinquenta mil euros e até agora, portanto, o valor de Derrama recebido tinha sido até à data desta reunião - não tenho presente se recebemos mais ou não - tinha sido de trinta e um (31). O que quer dizer que a Câmara, além desses trinta e um (31), ainda participou com mais cerca de vinte mil euros em programas de apoio às pequenas e médias empresas. Daí que, este ano, a nossa proposta seja, seja exactamente a mesma; portanto, de manter a Derrama e esse fundo ser, no ano que vem, novamente implementado e permitir que as pequenas e médias empresas se candidatem e beneficiem deste apoio que é compatível com outros programas comunitários. Penso que valeu a pena. Neste momento, temos quatro (04), salvo erro, quatro projectos já aprovados. Portanto, vamos continuar a aprovar até este limite dos cinquenta mil euros. E, para já, disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Alguém se quer inscrever? Faz favor. Ivone Espiguinha, faz favor.

O membro Ivone Espiguinha: Mais uma vez, irei votar contra; aliás, há uns anos, era essa a intenção do Partido Socialista, já está explicado porque é que mudou. Mas, senhor Presidente, o senhor Presidente tenta apoiar o desenvolvimento à indústria e ao comércio; só que também se esquece de uma coisa, tiraram num aspecto: quanto é que os terrenos, na zona industrial, aumentaram?

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém se quer inscrever? Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, eu suponho que, em termos de aumento da zona industrial, acho que não aumentaram nada de significativo. Quer dizer, o que acontece é que o preço base é um, as pessoas vão lançando e naturalmente os preços vão subindo. Mas eu penso que não se pode aqui confundir, o que é venda de lotes da zona industrial que tem que ver com um aspecto diferente daquele que estamos aqui a discutir. Portanto, aqui, o que estamos a discutir, neste momento, é um fundo que foi criado para apoiar as pequenas e médias empresas que corresponde ao dinheiro que a Câmara, hoje, recebe da Derrama e que dá às empresas. Aqui há uns anos atrás, a Câmara recebia-o e gastava-o. Portanto, eu penso que é uma situação completamente diferente: gastavam, não apoiando as empresas. Portanto, penso que a situação é completamente diferente.

O Presidente da Assembleia Municipal : Rui Bacalhau, faz favor.

O membro Rui Bacalhau: Boa noite, senhor Presidente e boa noite toda a Assembleia e restante público. Queria também, sobre este ponto, marcar um pouco a nossa posição (minha e do Jerónimo) porque tem sido aquilo que temos defendido aqui todos os anos e, relativamente à Derrama, eu mantenho a mesma ideia: acho que a Derrama deveria acabar em Borba porque a Derrama constitui, de certa forma - penso eu - um certo obstáculo à captação de novos investimentos. Penso que, para o desenvolvimento económico de Borba, é necessário estímulos para as empresas puderem instalar-se em Borba e a Derrama não é em certa medida esse estímulo. Por isso, vou também manter a minha posição dos anos anteriores e que não é favorável à Derrama. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Pronto. Se não há mais inscritos, íamos passar à votação. Estão presentes dezoito (18) pessoas. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por maioria com quinze (15) votos a favor, um (01) voto contra e duas (02) abstenções.

O membro Jerónimo Cavaco: Quero apresentar uma declaração de voto.

O Presidente da Assembleia Municipal : O Jerónimo vai fazer uma declaração de voto. Faz favor.

O membro Jerónimo Cavaco: "Tendo em conta a declaração de voto apresentada nos anos anteriores e por considerarmos que não houve qualquer alteração dos pressupostos da proposta, nomeadamente, a necessidade de atrair ao nosso concelho, por todos os meios, novas formas de desenvolvimento a todos os níveis e por entendermos que a Derrama, apesar de necessária à autarquia, neste momento, constitui um entrave ao desenvolvimento do nosso concelho, apresentamos a nossa abstenção. Os eleitos Rui Bacalhau e Jerónimo Cavaco". (Anexo 3)

O Presidente da Assembleia Municipal: Depois, agradecia a entrega por escrito.

### **PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Imposto Municipal sobre Imóveis.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, vamos passar ao ponto três, quatro (3.4): "Imposto Municipal sobre Imóveis". Senhor Presidente da Câmara, faz favor de tomar a palavra.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, este ponto é um ponto que já o ano passado foi aqui assim discutido e o ano passado fomos acusados de apresentar o valor máximo e até foi aqui dito que, no ano seguinte, provavelmente íamos baixar porque era para fazer campanha eleitoral. Foi aqui também referido por nós que, de acordo com as instruções da Associação Nacional de Municípios, aconselhava-se que o valor fosse o valor máximo e a prova foi que, até à mesma data deste ano, no ano passado, a Câmara tinha recebido cerca de duzentos mil euros . Este ano, à mesma data, a Câmara recebeu cento e quarenta e quatro mil euros. Ou seja, a Câmara, à mesma data, comparando o valor do Imposto sobre Imóveis recebido o ano passado, com aquele que recebemos este ano verifica que existe um défice de cinquenta e seis mil euros. Pensamos que poderemos vir a receber mais, não se sabe quanto, o futuro o dirá, mas uma coisa é certa: acontece que, grande parte das pessoas com rendimentos baixos podem apresentar requerimentos de isenção e acontece que estou convencido que grande parte das pessoas que pagaram, que já pagaram e que nós recebemos, e que apresentaram em altura devida, o respectivo requerimento que, com certeza, vai ser deferido, serão ressarcidos e vamos ser penalizados na próxima tranche que aí vier. Ou seja, eu estou convencido que, em termos de receita se for igual à do ano passado, se calhar, somos capazes de ter muita sorte, o que eu não acredito. Daí que os valores propostos por nós sejam, na mesma, os valores máximos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém se quer inscrever? Doutor Nascimento, faz favor.

O membro Luís Nascimento: Neste momento, ainda não está devidamente clarificado quais vão ser, de facto os contornos efectivos desta Lei do Imposto Municipal sobre Imóveis. Daí, ainda não - de facto, o senhor Presidente agora disse - ainda não se sabe muito bem quanto é que vai receber este ano; já se sabe quanto é que recebeu o ano passado, nem sabe quanto é que vai receber o ano que vem, não é? Nesse sentido e tendo em consideração as dificuldades que têm sido criadas pelo Governo no sentido de agravar as condições de vida dos portugueses e tendo em consideração que, o ano passado, a maioria dos proprietários já, com base no novo código, sofreram agravamento de sessenta euros sobre o seu imposto e que para o ano e, conforme o Código aponta, poderão vir a ter um aumento de setenta e cinco euros que é o aumento máximo para o segundo (2.º) ano, a que o Código obriga, a Bancada da CDU propõe que, para os prédios urbanos, seja aprovada uma taxa de zero vírgula seis por cento (0,6%) e, para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código de Imposto Municipal, de Imposto Municipal sobre Imóveis seja zero vírgula três por cento (0,3%) e que se mantenha a agravamento de vinte por cento (20%) para os prédios degradados definidos na ZEP.

O Presidente da Assembleia Municipal: Há um esclarecimento que é o seguinte: está aí na alinha c): "Prédios urbanos avaliados nos termos IMI zero vírgula três (0,3). Intervalo de zero (0), dois (2) a cinco (5)". É de zero vírgula dois (0,2) a zero vírgula cinco (0,5), não é?

O membro Luís do Nascimento: Exactamente.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar? Faz favor, Jerónimo Cavaco.

O membro Jerónimo Cavaco: Já o ano passado nós tivemos esta discussão aqui, desculpem a pergunta que eu vou fazer, mas poderá haver alguém nesta Assembleia que me explique e que me faça as contas e penso que é importante. Pelo menos, para me esclarecer, a mim e não sei, mas esta dúvida, provavelmente, persiste na cabeça de mais algumas pessoas. Como é que existe um agravamento de sessenta (60) ou setenta e cinco euros (75), aplicando a taxa anterior ou aplicando a taxa que o senhor Presidente da Câmara vem propor aqui hoje? Que me expliquem por A+B, somando, subtraindo, multiplicando ou fazendo as contas que quiserem, como é que se chega a sessenta ou setenta e cinco por cento (75%)? Se alguém me puder explicar, eu agradecia. Está na minuta da reunião de Câmara que o vereador Serra utilizou a palavra e terá dito que este ano a maioria das pessoas sofreu um aumento de cerca de sessenta euros (60) referente ao ano transacto e este ano com a aprovação das novas taxas sofrerá um aumento que rondará os setenta e cinco euros (75). Estou a ler no penúltimo parágrafo da minuta da Câmara. Eu só queria perceber como é que isto se faz. Como é que se chegam a estes valores? Já que não estão aqui escritos, eu sou leigo nesta matéria e queria entender, se alguém puder explicar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Dr. Jerónimo, isto é assim: a lei diz que o aumento máximo em 2004 é de sessenta euros e em 2005 é de setenta e cinco euros. O Vereador Serra diz que a maioria das pessoas sofreu sessenta euros de aumento que é o máximo que podia ser aumentado. Este ano diz ele que grande parte das pessoas vai sofrer setenta e cinco euros (75). Porque setenta e cinco também é o máximo que se pode aumentar. Portanto, há uma grande parte e há uma maioria. Agora, não sei, como é que ele obteve a maioria e a grande parte. Mas o vereador Serra está aqui, ele pode dizer se é assim como eu estou a dizer, ou se tem algum estudo em que se tenha baseado como encontrou uma maioria de um lado e uma grande parte do outro.

O Vereador Serra Silva : Quero perguntar, se me autorizarem, porque no ponto anterior, de Intervenção do Público, pedi ao senhor Presidente da Câmara para intervir e não me deram a palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor vereador Serra, eu não tenho nada a ver com isso. Neste momento eu estou a dar-lhe a palavra.

O Vereador Serra Silva : Posso intervir agora?

O Presidente da Assembleia Municipal: Se eu estou a dar-lhe a palavra é porque o senhor pode falar.

O Vereador Serra Silva : Pronto. Senhor Presidente, muito obrigado. Eu não trouxe, efectivamente, o estudo que tenho, mas tenho um estudo e posso facultá-lo, quer à Assembleia, quer à Câmara que já o tinha no ano passado, mas isto é assim: os prédios, para lhe ser tributada a Contribuição Autárquica, foram avaliados a partir do ano da sua construção e, sobre o ano da sua construção, foi feita a indexação da valorização do escudo; da valorização da moeda em função do valor que tinham desde que foram construídos os prédios. Agora, a decisão entre aplicar a taxa máxima ou aplicar a taxa média leva a que, pelo menos, cinco (05) anos; prédios construídos com uma diferença de cinco anos, fiquem abaixo do limiar, baixava o ano passado, pelo menos cinco, os últimos cinco anos ficavam abaixo do limiar do aumento dos doze contos (12.000\$00) e mantendo a taxa máxima - como foi - este ano, os mesmos cinco (05) ou seis (06) anos, continuam a ter que pagar a taxa máxima dos quinze euros (15). Ou seja, porque a Contribuição Autárquica que lhe é imputada é superior à taxa que nós aqui aprovamos. Então, a questão é essa. É que se nós decidimos uma taxa intermédia, conseguimos libertar do aumento máximo, pelo menos, prédios dos últimos dez (10) anos. Se aplicar a taxa máxima, não conseguimos libertar esses prédios do aumento de quinze anos de setenta e cinco euros (75).

O membro Jerónimo Cavaco : Já agora, para eu poder tirar essa dúvida. No concelho de Borba, com base em que elementos, em que estudo é que os prédios, nos últimos cinco (05) ou com mais de cinco anos, constituem uma maioria ou deixam de ser uma maioria. É só isso é que eu quero perceber. Está bem?

Mais nada.

O Presidente da Câmara Municipal: A propósito disto, só um comentário. Estudos são estudos; números são números; cada um dá-lhe a volta que quiser e entender, o que é um facto é que os números, os números falam por si e aqueles que eu sei é que, depois da discussão que houve aqui o ano passado de que a Câmara, este ano, ia ter uma receita brutal, o que quer dizer é que tínhamos recebido duzentos mil euros (200.000) e este ano recebemos cento e quarenta e quatro mil (144.000). Ou seja, de facto, o estudo devia, com certeza, estar muito bem feito. Acontece que grande parte do dinheiro que, eventualmente, se possa vir a receber vai ser descontado. Aquele que corresponde aos requerimentos que grande parte das pessoas com rendimentos mais baixos apresentaram o ano passado. Aliás, o estudo que, com certeza, está correcto, é o estudo que a Associação de Municípios fez o ano passado e que disse: "Apliquem a taxa máxima porque, se não aplicarem a taxa máxima, as receitas vão ser muito inferiores; inferiores vão ser sempre, mas vão ser muito inferiores àquelas que as Câmaras recebiam. E os números estão aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal: O vereador Serra queria praticar aí um esclarecimento. Faz favor.

O Vereador Serra Silva: Efectivamente, os números estão aqui, mas o senhor Presidente da Câmara não se pode esquecer que os números que tem do ano anterior referiam-se, na mesma altura, à maioria da Contribuição Autárquica recebida. Este ano, uma vez que foi aumentada a Contribuição Autárquica à maioria das pessoas, há mais gente a pagar Contribuição Autárquica em prestações e não numa única prestação. Por isso, o dinheiro das segundas (2.<sup>a</sup>) prestações vai entrar, agora, em Outubro que é quando as pessoas pagam a Contribuição Autárquica.

O Presidente da Assembleia Municipal: Diogo Sapatinha, faz favor.

O membro Diogo Sapatinha: Boa noite, antes de tudo, que ainda não tinha falado. Eu falo só para pedir um favor ao doutor Nascimento. É que, como está a fazer esta proposta de baixar as taxas aqui em Borba, gostava que dissesse ou que intercedesse junto da Câmara, por exemplo, de Almada, onde eu tenho uma habitação, a ver se eu pagava também um bocadinho menos. Era só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal: Eu chamo a atenção do Plenário para o seguinte: a Mesa só tem uma proposta que é a que veio da Câmara. Engenheiro Cabral, faz favor.

O membro Carlos Cabral : Eu devo confessar que é uma ousadia, ousadia minha falar neste ponto porque eu não consigo, ainda, perceber. Quer dizer, nunca estudei, e por isso, não consigo perceber. Mas acho que valeria a pena, de facto, a Câmara ou os serviços da Câmara disponibilizarem uma pequena minuta com, de como isto é para os eleitos da Assembleia Municipal, quando estão a votar, saberem o que estão a votar de facto. Evidentemente que estão aqui os números globais e há uma quebra de receitas. Mas eu gostava, se fosse possível, ou se a Associação de Municípios tem esse estudo que fosse facultado com exemplos de casos para a gente perceber o que é que está a votar. Eu, de facto, não percebo o que é que, quando voto zero vírgula oito (0,8) ou zero vírgula seis (0,6), não percebo o que é que estou a votar em consequência para os munícipes. Quer dizer, em consciência, não percebo e devo afirmá-lo. Mas, por exemplo, os prédios novos são avaliados; prédios do ano passado são avaliados pelo ano passado - e espero, vereador Serra, se eu disser alguma asneira que me explique desde que seja possível explicar - tem uma valorização de um ano e, depois, é que é aplicada a taxa? É que, quando a gente votava aqui a Contribuição Autárquica, era uma coisa muito simples: estávamos a votar uma taxa e a gente sabia que isso correspondia a determinada receita ou correspondia a determinada baixa para o munícipe ou uma alta para o munícipe. Quando estou a votar esta fórmula, não sei o que é que estou a votar. E por isso, de facto, o senhor Serra estudou, isto podia, podia explicá-lo. Por exemplo, os prédios de há cinco (05) anos têm uma avaliação - dos cinco anos para cá - têm uma avaliação, é aplicado nos termos do IMI, quer dizer, só o zero vírgula cinco (0,5) e depois é aplicada a taxa, a zero vírgula oito (0,8), se for a de zero vírgula oito aprovada? O zero vírgula cinco, o que é que quer dizer? Ou o zero vírgula três (0,3)? Ou no intervalo? Só para eu perceber o que estou a votar. E peço desculpa.

O Presidente da Assembleia Municipal: Rui Bacalhau, faz favor.

O membro Rui Bacalhau: Boa noite a todos. Este ponto traz sempre aqui alguma discussão e alguma baralhada e eu acho que há intenção disso mesmo. Mas os estudos; eu também faço aqui um apelo ao Serra. Também gostava que ele me facultasse esse estudo sobre Borba, até porque era mais uma oportunidade para conhecer melhor a nossa terra. Relativamente aos números, a realidade - como disse o Presidente da Câmara - a realidade é esta: o ano passado, até esta altura, íamos em duzentos mil euros (200.000); este ano, estamos em cento e quarenta e quatro mil (144.000). Também para ajudar a fazer as contas, mesmo com o argumento utilizado e se agora, como há mais pessoas a pagar, vai dar duzentos e oitenta (280). Ora, o ano passado também houve muitas pessoas a pagar na segunda (2.<sup>a</sup>) tranche, com certeza. Provavelmente, passou os duzentos e oitenta. Portanto, isso não é argumento, não é argumento que o Serra Silva possa trazer para aqui. Relativamente a este imposto, nós, neste momento, ainda estamos numa fase muito incipiente. Esta questão que o professor Cabral acabou de levantar, as avaliações ou, por outra, a determinação do valor patrimonial ainda não está a ser aplicado em muitos prédios e o Serra sabe isso tão bem quanto eu. Portanto, isso é uma coisa que vai demorar alguns anos na determinação do valor patrimonial; ele sabe, até - Serra, ajuda-me lá. Quantos são os anos que o Decreto-lei prevê para fazer a avaliação? É um conjunto substancial, os que são construídos agora já estão a sair com o novo valor patrimonial, mas o que esta Lei tem de certeza é uma grande justiça social. Portanto, pessoas em situação desfavorecida ficam isentas e não é preciso fazerem nada de especial para ficarem isentas. Basta apresentarem as suas condições precárias perante a repartição de Finanças - e, por isso, o ano passado tivemos aquela corrida - e ficam isentos. Portanto, o regime de isenções desta Lei é muito mais abrangente do que o da Contribuição Autarca. Enquanto não houver a determinação do valor patrimonial do bem, com certeza, com certeza que a autarquia vai perder substancialmente. Daqui a uns anos, provavelmente - e, por isso, o aconselhamento da Associação Nacional de Municípios - daqui a uns anos, provavelmente, este imposto - o IMI - provavelmente vai gerar um valor superior. Mas nos próximos anos, não gera com toda a certeza, independentemente do estudo que o Serra da Silva possa ter.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar? Não há mais inscritos. Sobre a questão posta pelo engenheiro Cabral, não sei se posso ajudar, mas vou referir o seguinte: a alínea a) da proposta refere-se a prédios rústicos: zero vírgula oito (0,8) que está fixo. Não há margem de manobra nenhuma; o Código não permite outro valor. Nos prédios urbanos o código indica o intervalo de zero vírgula quatro (0,4) a zero vírgula oito (0,8) para prédios não avaliados e a Câmara propõe zero vírgula oito por cento (0,8%). Nos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI o código indica o intervalo de zero vírgula dois (0,2) a zero vírgula cinco (0,5) - a Câmara propõe zero vírgula cinco e aqui é que se põe a questão, não é assim? É aqui que se põe a questão. Ora bem, os prédios urbanos avaliados são aqueles com construção após a entrada em vigor do Código ou aqueles que mudam de utilização ou aqueles que sofrem alterações à propriedade horizontal, etc; ou aqueles em que os proprietários requerem a avaliação, porque as pessoas podem requerer que os seus prédios sejam avaliados e se eles forem avaliados, não pagam zero vírgula oito (0,8), pagam zero vírgula cinco (0,5), é evidente, que sobre o novo valor patrimonial. Por isso, há um sítio da Internet em que o Ministério da Finanças, propõe a toda a gente que faça a simulação para a sua casa e depois opte, ou não, por pedir a avaliação. Porque a avaliação agora é automática, tem uma fórmula. Pede a avaliação, paga zero vírgula cinco (0,5); não tem avaliação, continua com o zero vírgula oito (0,8) do valor patrimonial do prédio. Note-se que os prédios agora avaliados, porque são avaliados a valores actuais poderão ter um valor patrimonial logicamente mais alto. Mas, este "logicamente" não é correcto porque, se o prédio tiver entre dez (10) e cinco (05) anos, vai haver muita gente que optando pela avaliação pode chegar a um valor patrimonial mais baixo do que aquele que lhe está atribuído, ou ligeiramente mais alto, mas aplicando os zero vírgula cinco (0,5), vai pagar menos. Porquê? Porque o valor patrimonial do prédio antes e depois de avaliado é praticamente igual e, como ele é praticamente igual, e paga só zero vírgula cinco (0,5) desse valor, paga menos. Por isso, esse tal sítio da Internet permite que as pessoas simulem os seus casos pessoais e optem por pedir, ou não, a avaliação. Pronto. Era só isto. Na Mesa entrou uma proposta que diz assim: "Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Borba propõe as seguintes taxas do IMI a aplicar em dois mil e cinco (2005): prédios urbanos - zero vírgula seis (0,6); prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - zero vírgula três (0,3); agravamento de vinte por cento (20%) para os prédios degradados definidos na ZEP. Os eleitos da CDU". Alguém quer mais usar da palavra? Não. Então, temos duas (02) propostas. Vamos votar, em primeiro (1.º) lugar, a proposta da Câmara que é a primeira proposta entrada e, em segundo (2.º) lugar, a proposta

da CDU que é a segunda proposta entrada (anexo 4). Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta da Câmara está aprovada por catorze (14) votos a favor e cinco (05) votos contra. Agora vamos à proposta apresentada pela CDU. Quem vota a favor da proposta apresentada pela CDU, faz favor de levantar o braço. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Portanto, a proposta da CDU não foi aprovada por treze (13) votos contra, cinco (05) favoráveis e uma (01) abstenção. Vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

### **PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de emissão de Declarações de Utilidade Pública para efeitos de expropriação de parcela de terreno.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Este ponto é um ponto rápido porque se chegou à conclusão, após ter sido enviado à Assembleia Municipal, que houve aqui um lapso por parte do gabinete jurídico que nos deu a informação. A jurista da Câmara sugeriu que, em vez de ser a Assembleia Municipal a declarar a utilidade pública que fosse enviado para o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território. Portanto, eu proponha à Assembleia que retirasse este ponto .

O Presidente da Assembleia Municipal: A Mesa concorda que seja retirado este ponto da ordem de trabalhos. Pergunto ao Plenário se tem alguma objecção ou se também concorda.

O membro Carlos Cabral: A gente tem que concordar? Não tem competência.

O Presidente da Assembleia Municipal: Estamos a propor retirar o ponto da Ordem de Trabalhos. Não se esteja a rir, Dra. Filipa, tenha calma. Eu só estou a propor retirar o ponto da Ordem de Trabalhos porque pode haver membros que queiram falar sobre este assunto, independentemente da posição tomada pelo senhor Presidente da Câmara. Portanto, pergunto, da parte do Plenário alguém se opõe à decisão da Mesa de retirar este ponto da ordem de trabalhos? Ninguém. Portanto, o ponto está retirado. Vamos fazer um intervalo.

### **PONTO TRÊS PONTO SEIS: Aditamento à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2004.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, este ponto tem que ver apenas com uma taxa que, tem que ver com o depósito da ficha técnica de habitação que não estava prevista e, portanto, de acordo com a Associação Nacional de Municípios, a sugestão foi de quinze euros (15) para esta taxa. É a taxa que a gente propõe. Portanto, no fundo, é o depósito do chamado Bilhete de Identidade - entre aspas - das habitações que agora têm que ser depositados nas Câmaras; portanto, isto é a taxa do depósito, a taxa de arquivo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer falar sobre esta assunto? Não. Passávamos à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade.

### **PONTO TRÊS PONTO SETE: 1ª Revisão Orçamental.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, esta revisão orçamental e alteração ao PPI, no fundo, tem que ver com a introdução de alguns projectos cujos nomes, na maior parte dos casos, não estavam correctos. Portanto, houve aqui no fundo uma mudança de nome. Em termos de orçamento, o valor utilizado na revisão, o saldo, o saldo orçamental, o saldo orçamental obtido na regência anterior no valor de trinta e nove mil, oitocentos e setenta ponto dezanove euros (39.870,19), foi repartido em trinta e sete mil,

trezentos e setenta e sete (37.370,17) em despesas correntes e dois mil e quinhentos (2.500) em despesas de capital. Na revisão do PPI foram incluídos novos projectos, nomeadamente, o Ninho de Empresas, portanto, tem que ver com a adaptação do edifício da Ex-coabo a Ninho de Empresas. Depois, o Fórum Transfronteiriço da Cultura e da Juventude que já está aprovado no INTERREG III-A. O Centro de Formação e Desenvolvimento Tecnológico da Zona dos Mármore, que é uma candidatura que nós pretendemos fazer e que tem a ver com a ocupação daquele terreno em frente à Escola Primária. Também a elaboração de projectos. E, entretanto, retiraram-se Casa da Juventude que, no fundo, é substituído pelo tal Centro de Formação e Desenvolvimento Tecnológico e o Hospício que está para remodelação e restauro, portanto, que acaba por estar incluído no Fórum Transfronteiriço da Cultura e da Juventude. Portanto, são apenas estas alterações.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém se quer inscrever para falar sobre este assunto? Doutor Nascimento, faz favor.

O membro Luís Nascimento: É só um pedido de esclarecimento em relação à inclusão no PPI do três, quatro, dois, dez (3.4.2.10): "Estudos turísticos do Concelho de Borba e zona envolvente". O que é a zona envolvente do Concelho de Borba?

O Presidente da Câmara Municipal: Como o nome indica, "zona envolvente" é a zona envolvente - não é? - do Concelho de Borba. Portanto, nós entendemos que, quando se faz um estudo turístico, não se deve pensar exclusivamente na sede de concelho, mas deve-se tentar aproveitar o que de importante existe em termos turísticos e, portanto, entendemos que se devem equacionar todas as hipóteses de rentabilização, em termos turísticos, da região.

O membro Luís Nascimento: Isto pressupõe alguns contactos com os concelhos da zona envolvente?

O Presidente da Câmara Municipal: Naturalmente.

O membro Luís Nascimento: Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre este assunto? Paixão, faz favor.

O membro António Paixão: Senhor Presidente, só para, mais uma vez, manifestar o meu descontentamento. A Casa de Juventude e o Hospício foram trocados pelo Centro Tecnológico ou Ninho de Empresas, segundo percebi na explicação do senhor Presidente da Câmara. Mas o Centro de Convívio do Idoso da Nora e o Centro de Convívio de Rio de Moinhos ficou mesmo a zero sem troca com ninguém. Ou melhor, provavelmente trocou para outro sítio, mas desapareceram as verbas destes projectos para a freguesia de Rio de Moinhos. Mais uma vez, vejo como já vou estando habituado de há muitos anos, chegar ao final dos anos e ver abalar as verbas dos projectos que contemplam a freguesia de Rio de Moinhos. Tenho pena com isso. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar? Portanto, vamos passar à votação desta proposta. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Aprovado por maioria: dezoito (18) votos a favor, e uma (01) abstenção.

### **PONTO TRÊS PONTO OITO: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.**

O Presidente da Assembleia Municipal: "Apreciação sobre as Actividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, o quadro que aparece aí representado, em relação aos limites do endividamento, corresponde a quatrocentos e vinte e cinco ponto seiscentos e noventa e um euros (425.691). O valor das amortizações mais juros, trezentos e setenta e dois oitocentos e vinte e seis (372.826). Dizer-vos que, em relação a esta situação, portanto, e à forma como se representam os dados,

acontece que temos tido problemas muito complicados e que se prende com a técnica que tem estado com este trabalho em mãos que é a doutora Ana Alves que teve uma gravidez de risco. Neste momento, vai antecipar a sua vinda, portanto, independentemente dos quatro meses a que tinha direito, por proposta dela, vai regressar mais cedo, mais cedo ao serviço e dizer-vos também que a pensar nisto, neste momento, já iniciámos contactos também, na sequência do trabalho que vínhamos desenvolvendo, com a empresa BDO no sentido de nos dar mais uma ajuda a implementar correctamente todo o sistema, quer de contabilidade de custos, quer, até mesmo, correcções em termos de informática para ver se, realmente, conseguimos melhorar ainda mais o nosso sistema. Relativamente à execução até Agosto de dois mil e quatro (AGO/2004), os números também se encontram aí. Em termos de orçamento e de orçamento/receita e orçamento/despesa, a execução até Agosto de dois mil e quatro com o orçamento anual, portanto, em relação às receitas há uma, uma taxa de execução de trinta e seis zero oito (36.08) e, em relação à despesa trinta e três ponto sessenta e seis (33.66). Relativamente à execução até Agosto, com o orçamento até Agosto de dois mil e quatro, temos uma taxa de execução de receita de cinquenta e quatro ponto doze (54.12) e de despesa de cinquenta ponto quarenta e nove (50.49). Pensamos que estas situações têm que ver, muitas vezes, com os fluxos financeiros que aparecem. Como sabem, em termos de dinheiro, o dinheiro é cada vez, cada vez menos, cada vez mais escasso e, portanto, a situação é uma situação que se torna cada vez mais difícil para as autarquias. Relativamente às actividades do Município, elas também aparecem aí representadas. De qualquer maneira, permitam-me que respigue algumas que me parecem mais significativas. E uma delas - prende-se também com esta situação que eu falava há bocado e que tem que ver com uma reunião que se realizou com a CCDRA e a direcção da Assimagra e o conselho de administração da, da, da EDC Mármore e que tem que ver, no fundo, com os projectos a implementar na ADC III, portanto, no concelho de Borba que é aquela que realmente tem potência, tem condições, está em condições de avançar cada vez mais para se implementarem esses projectos. Dificuldades, naturalmente, vão surgir, até porque a taxa de endividamento está quase esgotada, mas, de qualquer maneira, é nossa intenção pedirmos uma audiência ao senhor Ministro no sentido de ver se se cria um critério de distinção para estes concelhos porque nos parece importante que os fundos comunitários se aproveitem. Portanto, se não houver um critério de excepção, penso que as coisas se podem tornar cada vez mais complicadas na implementação de projectos âncora nestas ADC's e que podem contribuir para o desenvolvimento do concelho. Dizer-vos também que, em relação à aquisição de terrenos está prevista a assinatura do contrato programa com o Governo que vai permitir suportar a parte da componente nacional. Dizer-vos também que houve uma reunião com os Serviços de Registo e Notariado no sentido de pressionar o desbloqueamento do Cartório. Neste momento, o projecto de especialidades foi entregue e já temos garantia de que vão ser os Serviços de Notariado que vão executar a obra. Claro que isto vai implicar uma alteração ao protocolo. Portanto, contrariamente àquilo que estava previsto até aqui, em que era a Câmara a lançar o concurso, fazer a obra e depois cobrar em termos de renda; neste momento, vai-se passar exactamente o contrário. Ou seja, vão ser os Serviços de Notariado que vão fazer a construção, que vão lançar o concurso e depois vai ser abatida a renda que eles teriam que pagar à Câmara Municipal. Portanto, penso que é uma decisão importante com a qual esta Câmara vai ficar altamente beneficiada. Também a participação na apresentação pública do estudo do trânsito e estacionamento do concelho de Borba, que contou aqui com a presença de muitas pessoas dos mais variados escalões etários e das mais variadas profissões e penso que valeu a pena, penso que foi uma sessão extremamente interessante. Aguarda-se que, neste momento, a empresa envie essas propostas para as Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal, tal como ficou combinado, para que a população possa ainda manifestar-se sobre as propostas que são apresentadas. Também em reuniões com a CCDRA no âmbito das candidaturas aos instrumentos de planeamento aprovados, na AIZM, o estudo global da UNOR e PDM com o objectivo de o tentar alterar e concluir. Além disso, também uma reunião com o senhor presidente da CCDRA de acordo com as rondas que ele está a fazer junto das Câmaras Municipais para hipotéticas candidaturas e apoios de projectos comunitários ao Eixo 1 e também reunião com o Delegado Regional do IPJ e os restantes parceiros ao programa INTERREG III-A, portanto, que visa a transformação do hospício na Casa da Cultura e Juventude Transfronteiriça. Já agora e para satisfazer o senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos, dizer que, neste momento, está negociado, está adquirida uma parcela com a área de sete mil e quinhentos metros quadrados (7.500m<sup>2</sup>) pelo valor de cento e doze mil duzentos e vinte e nove euros (112.229), tendo em vista fazer um pequeno loteamento em Santiago de Rio de Moinhos e o tal terreno para o futuro Centro de Noite, o Centro Comunitário de Santiago. Portanto, oxalá, depois, haja

fundos comunitários que nós possamos candidatar para que, realmente, essa infra-estrutura vá para essa freguesia. E, para já, fico por aqui. Eu passava a palavra - se o senhor Presidente, me permite - aos senhores vereadores.

O Vereador Artur Pombeiro : Portanto, em relação também às actividades da Câmara, também estão aí, de facto, representadas. Queria, de facto, complementar aqui com mais umas questões. Dizer-vos que também as piscinas, este ano, sofreram, de facto, um melhoramento bastante substancial, nomeadamente, nos tanques e na sua envolvência. Foi também este ano e porque aquele tapete de relva, de facto, na rampa que lá existia, foi também substituída, de facto, essa relva. Foi preparado o terreno e levou relva nova. Na Avenida Luís de Camões continua, de facto, a aplicação de condutas e sumidouros das águas pluviais e também a construção de uma rotunda que irá, de facto, ali alojar um monumento, com certeza. Neste momento, já se encontra toda a parte de infra-estruturas, quer de luz, quer de águas e esgotos se encontra já preparada, de facto, para que possa vir depois a servir qualquer monumento que se venha ali a instalar e fica já preparado. Estão concluídas também a segunda fase das luminárias no concelho, faltando ainda algumas acender devido a não existir, nessas zonas, o cabo da energia pública e estamos a pedir orçamentos por fases à EDP por forma a aplicar, de facto, o cabo de iluminação pública que irá, nalguns casos, substituir alguns troços e para que permitam acender todas essas luminárias que ainda falta acender. Tem estado também a construir umas passadeiras em cubos aqui na Estrada duzentos e cinquenta e cinco (E255), faltando uma frente ao Café Leitão. Também os arranjos paisagísticos da Igreja Matriz e da Igreja do Senhor dos Aflitos estão concluídos. O corte dos pastos e limpeza de valetas foi efectuado, e azinhagas, foi efectuado em todo o concelho o que, de facto, foi muito volumoso e dispendioso. A azinhaga do Cemitério que era, de facto, uma reivindicação bastante antiga e de há muitos anos, neste momento, foi recuperada e está já com betuminoso, portanto, foi mais uma das situações que, ao longo dos anos, vinha sendo reivindicada e que está concluída. Pensamos iniciar, em breve, a azinhaga da ribeira de Borba que, o ano passado, se iniciou a primeira (1.ª) fase e esperamos concluir, ainda este ano, a segunda (2.ª) fase dessa azinhaga. Tivemos, de facto, também o apoio a todas as festas, de facto, na parte de pessoal, com pessoal que foi difícil também, no período de férias, de facto, ajudar as freguesias e, e depois as outras comissões de festas nessas questões. Também o cemitério foi pintado e está, neste momento, em condições. Disse.

O membro Carlos Cabral : Senhor Presidente, permite-me uma pergunta? Queria que me explicasse o que é uma luminária?

O Vereador Artur Pombeiro: Uma luminária?

O membro Carlos Cabral: Não sei o que é.

O Presidente da Câmara Municipal: Luminária?

O Vereador Artur Pombeiro: É o suporte da lâmpada. É o suporte da lâmpada no poste.

O membro Carlos Cabral: Não é, só eu é que não sabia, pronto.

O Vereador Artur Pombeiro: Não. Pelo menos, assim.

O Presidente da Assembleia Municipal: Muito bem. Portanto, vai falar o senhor vereador Humberto Ratado.-

O Vereador Humberto Ratado: Muito obrigado, senhor Presidente. Boa noite a todos os presentes, então. Devido às minhas actividades, eu gostava de só fazer referência a uns pequenos erros. Portanto, há aqui um ponto que fala do apoio de lançamento ao livro do "Último Lusitano", Jorge Barroso, munícipe. Mais à frente - é só um, um erro de correcção - diz aí "que decorram" é "que decorreu" ou "que decorreram" - aliás - "no Celeiro da Cultura". Quem, quem bateu, evidentemente, não; eu, quando passei, depois já não o li. Assim como acontece depois: "Apoio à realização de motards"; não é de motards, mas sim da "Segunda Concentração Motard". É evidente. Isto é para ficar corrigido. E salientava aqui que não está aí,

mas, portanto, foi porque me tinha esquecido de fazer referência, mas a aprovação da candidatura feita ao PRODEP III à medida nove, um (9.1) e nove, dois (9.2); a nove, ainda não temos, efectivamente, a aprovação, mas tudo indica que sim. Para quem - isto já foi falado aí há um tempo atrás, quando nós fizemos a candidatura, mas só para vos situar - portanto, trata-se de implementar em todas as salas do Primeiro Ciclo a nível do concelho um (01) computador, uma impressora e também jogos educativos. Os jogos educativos é a medida nove ponto dois (9.2). Portanto, houve aqui umas reformulações nestas medidas, nesta medida porque foi solicitado mais elementos; para vos dizer que, quanto aos jogos educativos, nessa altura, foi pedido, tive uma reunião com o responsável pelo Primeiro Ciclo e o Pré-escolar, por forma a distribuímos e a apanharmos o maior número possível de jogos e são à volta de - só para vos dizer - oitenta (80) ou noventa (90) jogos que depois podem ser, foram instalados, instalados noutros e, então, permite que, durante muito tempo, os miúdos passem a ser educados com outras tecnologias, mas não sempre com os mesmos jogos. Do PRODEP III, a medida nove ponto um (9.1) está aprovada e, neste momento, já se procedeu à consulta e, durante este ano lectivo, todas as salas irão estar com um (01) computador. A única questão que se mete aqui, quando se fala na impressora por sala, há escolas que, por vezes - e foi essa a situação que mandámos e também parece que não há nenhum problema - é que há a necessidade de colocar, sim, mas talvez um fotocopiador ou uma impressora multifunções e substituindo porque dá muito mais rendimento. Portanto, é as únicas alterações, mas é, é bom saber que foi aprovado a candidatura nos limites como nós enviámos e que vai ser mais um recurso para os professores e mais uma forma de aprendizagem para as nossas crianças. Entretanto, também dizer que está em continuação os projectos para os estabelecimentos de Ensino Básico. Neste momento, encontram-se praticamente concluídos o projecto de Rio de Moinhos e Nora, praticamente. Portanto, Rio de Moinhos faltava só a inclusão já da parte exterior a nível das águas. Já tem o projecto de segurança, de intervenção, de intrusão, e de aquecimento central. Portanto, Nora é a edificação de um edifício e também aquecimento central e outras coisas mais. Portanto, neste momento, falta só na Nora é, praticamente - pelas informações que tenho da arquitecta - é a parte da intrusão do sistema de segurança e do aquecimento também. Depois, já se está a mexer nas outras escolas. Pronto, nas escolas aqui de Borba, assim como também da Orada. Fazia também uma ressalva que participei nas reuniões - como é hábito - do arranque escolar. Mas, de qualquer das formas, aqui de salientar que, por parte da autarquia, quero-vos dizer que, aquele acordo que há-de ser estabelecido entre a DREA e a autarquia e a Segurança Social, conjuntamente, portanto, para o Pré-escolar, nós conseguimos, a tempo, colocar as animadoras e as auxiliares necessárias. Portanto, da nossa parte, está. E, há mais uma situação que nos apareceu porque, devido aos atrasos, há miúdos que estão, neste momento, isto é uma informação adicional que me chegou e tive que tomar a decisão, digamos, rapidamente e não custou mesmo nada, porque acho que temos que, digamos, temos que olhar para todos, num todo. Põe-se simplesmente uma questão que é: não há educadores; aqui, pelo menos, falta uma educadora, salvo erro, e alguns professores do Primeiro Ciclo e depois alguns pais não sabem, pronto, onde é que deixarão os miúdos. Não é um problema da Câmara, efectivamente; é um problema da Direcção Regional e do Ministério da Educação e do Agrupamento, mas, de qualquer das formas, foi-nos solicitado se, porventura, a Oficina da Criança, uma vez que está aberta todos os dias - atenção que, desde que nós entrámos, passou a estar aberta todos os dias; fechava nas segundas-feiras, passou a estar aberta todos os dias para facilitar a vida também aos pais - e, neste momento, até não se resolver a situação relativamente à colocação dos professores, eles vão receber esses miúdos. Portanto, inclusivamente, com uma animadora que está destacada para Rio de Moinhos, que foi colocada por nós, mas que, neste momento, como não há educadora em Rio de Moinhos, portanto, ela está a fazer serviço aí na Oficina. Parece uma medida importante porque, portanto, temos mesmo, apesar de as responsabilidades não serem nossas, mas temos oportunidade de favorecer as famílias, é por isso que nós estamos cá. Entretanto, só salientar que o Espaço Internet, como está aí mencionado, apesar da adesão ser muito grande, constantemente, portanto, as acções continuam e acho que está a ser um projecto com bastante êxito. Permite um espaço, que estava fechado, permanentemente aberto e há, sem dúvida, muito mais, outras intenções também futuras para aquele Espaço. De qualquer das formas, este Espaço Internet está a funcionar sem qualquer problemas e cada vez com mais adesão. Neste momento, estão aqui quatrocentos (400) inscritos, mas eu suponho que já vamos quase nos quinhentos (500) que é muito bom e quase nas seis mil (6.000) utilizações a nível de intervenção. Acho que é, acho que é uma, uma referência muito boa, relativamente e comparativamente, conhecimento e informações que tive relativamente a outros, a outros espaços de Internet. É só, de momento. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Eu, antes de passar a palavra aos inscritos, queria pedir ao senhor Presidente da Câmara que complementasse melhor a informação, porque há pessoas que não têm este documento em mão. Que complementasse melhor a situação do edifício do Registo e Notariado, a instalação da Fonte das Freiras; do Complexo Cultural do Palacete dos Melos; da recuperação do Cine-Teatro; da estrada da Nora para o Barro Branco e da ampliação do Mercado Municipal, se fosse possível.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, em relação ao Serviço de Notariado, isto já foi falado aqui várias vezes, tive até eu o prazer, enquanto Presidente da Assembleia, de autorizar a contracção de um empréstimo de setenta mil contos (70.000.000\$00) para a anterior Câmara construir o edifício e não construiu. Portanto, neste momento, era um encargo que a Câmara tinha de construção desse edifício. Conseguimos negociar com os Serviços de Notariado para inverter o processo. Ou seja, em vez de ser a Câmara a construir e eles pagarem a renda à Câmara, vai-se passar exactamente o contrário. Portanto, eles vão construir e vão abater no pagamento da renda à Câmara. Portanto, penso que é altamente vantajoso para nós. Claro que isso implicou devido à questão da privatização dos notários uma alteração dos projectos de especialidade. Quanto ao complexo dos Melos, portanto, a obra está a decorrer,. Portanto, neste momento, estão a fazer trabalhos de remodelação e está, portanto, está a obra - suponho eu - a cerca de doze por cento (12%). Então, o ponto da situação é este. Portanto, neste momento, os Serviços de Notariado estão a avançar com o processo de concurso, salvo erro. Relativamente, ao complexo dos Melos, portanto, a obra está adjudicada e está a decorrer. Relativamente ao Cine-Teatro, a obra está adjudicada, já entraram em obra. Relativamente à estrada Nora - Barro Branco, aguarda-se a consignação para breve. E a Fonte das Freiras está a ser instalada neste momento. O mercado municipal também foi lançado concurso público e, já agora, porque nos foi entregue só nesta semana, dizer-vos que vai também à próxima reunião de Câmara o lançamento do concurso da estrada que liga a Salgada a Santiago a Rio de Moinhos. Portanto, em Santiago de Rio de Moinhos, além do terreno que foi adquirido para o Centro de Noite, também vai ser lançado o concurso da estrada.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, passava a palavra ao membro Jerónimo Cavaco.

O membro Jerónimo Cavaco: Eu tinha algumas dúvidas que foram, entretanto, esclarecidas com o pedido de esclarecimento do senhor Presidente da Assembleia, mas subsiste, no entanto, aqui uma que é uma dúvida e um pedido, é um pedido de esclarecimento e um pedido mesmo. O primeiro tem a ver, na parte de coordenação e, coordenação geral e representação, a reunião com o engenheiro Marques e a engenheira Céu Franco sobre a avaliação do património por causa da proposta enviada pelas Águas do Centro Alentejo, perceber bem o que é isto do património não estar bem avaliado, o que, concretamente, o que é, o que está aqui escrito. O segundo era um pedido que o vereador Humberto fez o favor de se antecipar - no bom sentido do termo - que tinha a ver com uma pergunta que eu fiz aqui há relativamente pouco tempo a alguns membros do público que estão directamente ligados ao Ensino e que se prende com o não arranque do ano escolar este ano em Portugal, com a preocupação que advém e que penso e aqui, apesar de não ser responsabilidade da Câmara, concordo perfeitamente com o Humberto no sentido de podermos proporcionar, tendo em conta que faltam cerca de trinta por cento (30%) dos professores em Borba - por aquilo que eu percebi - o que representará que, pelo menos setenta por cento (70%) dos alunos estará sem parte das aulas ou parte do tempo desocupados. A preocupação crescente que haverá da parte dos pais, penso que a autarquia poderá e deverá, numa situação destas, prestar o maior auxílio. Mas o senhor vereador Humberto fez o favor, no fundo, de me esclarecer relativamente a este ponto. Ainda bem que assim o é. Era só, para já.

O membro Luís do Nascimento: Queria só fazer aqui alguns comentários em relação à situação financeira da Câmara e dizer que, de facto, aquilo que o senhor Presidente disse que a Câmara tem tido dificuldades, elas estão, estão plasmadas, claramente, nesta situação financeira, nomeadamente, no que diz respeito às receitas e às despesas e, sem dúvida alguma, vem corroborar aquilo que nós dissemos quando foi da aprovação dos instrumentos orçamentais, não é? Aquando do PPI e do orçamento que o orçamento estava empolado. E, de facto, nós estamos com execução em Agosto em cinquenta e quatro por centos (54%), é pouco mais de metade daquilo que estava previsto em Agosto, não é? Dizer que isto é uma tendência que

vem desde a primeira informação: em Março tínhamos uma receita de sessenta por cento (60%); em Maio passámos para uma receita de cinquenta e seis por cento (56%) e, em Setembro, estamos com uma receita de cinquenta e quatro por cento (54%). Portanto, temos vindo sempre a cair em termos comparativos com o que estava orçamentado. Nas despesas, em Março, estávamos com cinquenta e cinco por cento (55%); em Maio com cinquenta e dois por cento (52%) e, em Setembro, com cinquenta por cento (50%).

Execução que fica - como tem sido dito também - fica aquém da execução da despesa e fica aquém da execução da receita. Isto torna-se tanto mais grave quanto em relação à evolução de endividamento a fornecedores e que só, é o dado que temos, a evolução de endividamento a fornecedores, começámos o ano com uma dívida a fornecedores de um milhão e setenta e nove mil euros (1.079.000); em Março tínhamos um milhão e noventa e seis mil (1.096.000); em Junho, um milhão cento e sessenta e oito mil (1.168.000) e agora, em Agosto, um milhão duzentos e oitenta e oito mil euros (1.288.000) de dívida a fornecedores. Isto quer dizer que, nos meses de Julho e Agosto - e que diz respeito a esta última informação - por cada dia, cada vez que o Sol nascia, a Câmara agravava a sua dívida a fornecedores em mais de mil e novecentos euros (1.900), mais de trezentos e oitenta contos por dia (380.000\$/dia). O que deixa, de facto, uma situação financeira muito grave. Como não tenho informação em relação às dívidas à Banca, às empreitadas e aos leasings, não me é possível, de facto, calcular, neste momento, qual é a dívida total da Câmara, mas, se seguir o ritmo que tínhamos no início; aliás, nos finais de dois mil e três (2003), que já era superior a cinco milhões de euros (5.000.000), com o agravamento da dívida a fornecedores, naturalmente que esta dívida está muito, está muito mais elevada que os cinco milhões de euros. Como em todas as informações financeiras - e esta é uma que eu abri por acaso; no último parágrafo - esta, por acaso, é a de Junho - no último, no último parágrafo diz que: "Pretendemos sempre melhorar a informação financeira prestada aos membros da Assembleia Municipal e estamos, por isso, disponíveis para acolher sugestões de vossas excelências para o efeito". Como eu, repetidamente, tenho feito algumas sugestões para melhorar a informação financeira, pelo menos, queria deixar à Mesa um requerimento que passo a ler: (anexo 5) "Requerimento: Tendo em consideração que, repetidamente, nas informações da situação financeira da Câmara Municipal de Borba apresentadas à Assembleia Municipal, é afirmado que "Pretendemos sempre melhorar a informação financeira prestada aos membros da Assembleia Municipal e estamos, para isso, disponíveis por acolher sugestões de vossas excelências para o efeito"; tendo em consideração que, repetidamente, nas Assembleias municipais, tem sido feita a sugestão conforme pedido da Câmara Municipal, registado nas respectivas actas para ser incluída na informação financeira a situação dos empréstimos bancários; tendo em consideração que as sugestões efectuadas não têm merecido acolhimento por parte do Executivo Municipal, requer-se à Mesa da Assembleia Municipal de Borba que solicite ao Executivo Municipal que preste as seguintes informações: qual o montante dos empréstimos bancários contraídos - dívida à Banca - pela Câmara Municipal de Borba à data de trinta e um de Agosto de dois mil e quatro (31/AGO/2004). Qual o montante dos leasings assumidos pela Câmara Municipal de Borba à data de trinta e um de Agosto de dois mil e quatro. Qual o montante comprometido pela Câmara Municipal de Borba em contratos de empreitada e outros à data de trinta e um de Agosto de dois mil e quatro. Assembleia Municipal de Borba, vinte e quatro de Setembro de dois mil e quatro (24/SET/2004). Os eleitos da CDU".

O membro Carlos Cabral: Muito obrigado, senhor Presidente. Penso que é a quarta ou quinta vez que, no meu exercício de funções de membro da Assembleia Municipal, vou falar neste documento, como o senhor Presidente da Assembleia lhe chamou, intitulado "Actividade do Município - Relatório". As duas primeiras vezes que falei era com o anterior Executivo, e foi para protestar no modo como o relatório chegava porque eu acho que este documento, como está feito, não tem ponta de interesse e, ainda por cima, tem algumas coisas descuidadas. E, como, quer dizer, por exemplo, o senhor Vereador Humberto, o que está aqui escrito tem pouco interesse, mas depois vem dizer oralmente aquilo que tem interesse de facto que não está no relatório. E, efectivamente, eu dou a minha palavra de honra que é a última vez que vou falar, falar nisto - por isso, podem estar descansados, não falarei mais nisto - mas, isto aqui é um conjunto de reuniões que são a generalidade do dia-a-dia de que eu nem sequer tenho que saber, como membro da Assembleia Municipal. Eu tenho de saber é que o Presidente executou as suas coordenações e, como pontos importantes, ressalta este e este e este. Que, há aqui coisas, que eu tive que me entreter a escrever, onde está positivo ponho negativo, e fica interessantíssimo este relatório; se vocês fizerem o mesmo, também fica. Que tem aqui coisas absolutamente extraordinárias, como: "está a tentar

descobrir-se o cabo da média tensão que vem do PT que tem que se mudar para outra posição de modo que permita a drenagem da fonte. Se está a tentar descobrir-se, como é que já se sabe que tem que mudar? E está a tentar descobrir-se porquê? Quer dizer, desapareceu, desapareceu. Depois tem, "Desinfestação de parasitas da Oficina de Crianças e Piscinas Municipais". Extremamente importante. Quais parasitas? Qual é o relatório? Quantos bichinhos foram mortos? Quantos foi? "A época banhar decorreu dentro da normalidade". Podia estar escrito: "Decorreu dentro da anormalidade". Quer dizer, vamos lá ver; é a última vez que vou falar nisto, mas, de facto, aparece sistematicamente no relatório. Isto já vem assim há muitos anos. Com certeza que é tradição aqui de Borba, quer dizer, é uma tradição. Já vinha do anterior Executivo, mas a informação que há aqui importante são cinco (05) ou seis (06) coisas que, num pequeno relatório, se dizia. Como também, a actividade da Câmara nunca teve dificuldades desde que eu cá estou, há sete (07) anos. Quer dizer: "Procedeu-se à pintura"; se a gente puser: "Não se procedeu à pintura, não se fez a abertura de valas", não sei quê, isto fica interessante. Pronto. Não vou falar mais nisto. Mas, de facto, ou a gente inventa um relatório de actividades ou, então, quer dizer, isto: "Apoio, apoio à Feira de Orada; apoio à Semana da Juventude; apoio ao Encontro do Motards ou apoio ao Aniversário do grupo desportivo", então, isso é obrigação da Câmara. Nem é a actividade do vereador, nem é a actividade da Câmara, isto é o seu dia-a-dia. Pronto. É a quarta vez que o digo. Não falarei mais nisto, enquanto cá estiver. Paciência.

O membro Joaquim Esteves: Quem passou este relatório em que diz: "Apoio ao concerto do Grupo Coral da EPAL organizado pela Junta de Freguesia de São Bartolomeu e a Associação de Reformados". Parece que a Junta de Freguesia da Matriz também teve alguma coisa a ver com isso. É só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal : António Paixão, faz favor.

O membro António Paixão: Senhor engenheiro, abalou-me a oportunidade porque, quando ouvi o senhor vereador da Cultura falar aí do, do Espaço Internet de Borba que funciona muito bem e que já teve quatrocentas (400) e até mais inscrições, lamentar mais uma vez que esta possibilidade não chegue aos miúdos de Rio de Moinhos. Isso, para lá chegar, tem que ser a Junta de Freguesia a fazer uma candidatura e a envolver-se numa despesa de quatro mil novecentos e qualquer coisa euros. É isto que também o Executivo Camarário deve ter em atenção. É isto que também deve ter em atenção quando agora o senhor Presidente - o que me apraz ouvir da boca dele - me diz que a estrada de Santiago vai ser lançada a concurso. Não é, senhor Presidente? Mas eu enumerei aqui, pelo menos, quatro (4): o Cine-Teatro; Palacete dos Melos; Fonte das Freiras, Mercado, em que já estão em obra. É o atraso que continua a haver nos projectos destinados à Freguesia de Rio de Moinhos. Aqui é que eu entendo que está o pecado deste mandato. É que, nalguns projectos aqui da vila, houve um empenho e hoje temos uma grande percentagem em execução. Olhe-se desde o caminho que nos leva daqui para Elvas até quase a Santa Bárbara, este extenso, bonito e desejado jardim aqui de Borba, o investimento que aqui está. Olhe-se, depois, para as outras que eu enumerei aqui e, digamos assim, em Rio de Moinhos, de novo, o que é que já lá aconteceu? Não nos contentamos com azinhagas da Boavista ou da Ferrenha ou outras assim. Queremos investimentos de valor na Freguesia de Rio de Moinhos que são lá bem necessários e uma, uma muito grave que está aqui é a perda de população que a freguesia de Rio de Moinhos está a ter; particularmente Santiago, que é a sede da freguesia, que está a ver abalar os seus jovens casais a terem que vir morar para Borba ou para Estremoz ou Vila Viçosa. Isto merece muito mais atenção e é uma das necessidades mais prementes que o concelho devia ter. Obrigado.

O membro Rui Bacalhau : Falar depois do António Paixão é sempre difícil. Mas a minha intervenção não era para fazer reivindicações. Era, simplesmente, para relembrar ao senhor Presidente também o último parágrafo da situação financeira. Eu também tenho sido daqueles que em todas as Assembleias - salvo raras excepções - levanto aqui as minhas dúvidas porque não consigo perceber como é que o doutor Nascimento percebe estes números. Ou por outra, percebo porque foi ele que fez este mapa; se calhar, noutros mandatos. Agora, eu não consigo perceber estes quadros. Confesso a minha admiração: eu, que trabalho nisto diariamente, fico perplexo; não consigo perceber nada disto. A única coisa que sei é que as transferências correntes têm, mais ou menos, sessenta e quatro por cento (64%), que são dois terços (2/3) do ano e o pessoal é dois terços (2/3) do outro também. De resto, não consigo ver número nenhum e o

doutor Nascimento faz uma intervenção daquelas, tão cuidada, tão pormenorizada. Senhor Presidente, mais uma vez, só para lamentar estes números; isto não é coisa que se apresente à Assembleia. Desde o princípio que lhe tenho dito e o requerimento que o senhor doutor Luís Nascimento apresentou, eu também comungo nalgumas coisas - para ele não estar sempre a dizer - agora, eu não consigo perceber é como é que ele tem esta visão elitista que a gente não consegue, eu não consigo ter. Eu não consigo ter. Uma outra coisa também, Senhor Presidente, para completar, as competências da Assembleia é acompanhar a situação financeira da Câmara. Nós, com estes números temos alguma dificuldade. Por isso, há mesmo urgência que o senhor melhore estes números para nós podermos desempenhar também o nosso papel com dignidade. Tenho dito.

O Presidente da Câmara Municipal: Permitam-me, já agora, que faça duas ou três observações. Em relação à questão que o Jerónimo levantava relativamente à proposta das Águas da Centro Alentejo, acontece que houve uma proposta que foi enviada e que nós achámos que o valor era extremamente baixo. Então, marcou-se uma reunião com os técnicos no sentido de, digamos, revalorizar o património e, devido às férias de um dos técnicos, estamos a aguardar, estamos a aguardar que se marque uma reunião com os responsáveis das Águas do Centro Alentejo para se tentar ver qual é a melhor solução. Claro que é uma solução que vai sempre de encontro, não à Câmara de Borba, mas às Câmaras que aderiram ao sistema. Relativamente ao deputado Nascimento, era só um conselho. É que, de facto, aqui há uns anos atrás, quando eu era Presidente da Assembleia, às vezes, ia a umas reuniões onde havia um eleito pela CDU que falava em números e depois, às tantas, eu deixava de o ouvir. Ao doutor Luís Nascimento aconteceu-me exactamente a mesma coisa. Portanto, fala tanto que eu perco-me naquilo que ele diz. De facto, deve estar extremamente bem informado. Eu comungo da opinião de algumas pessoas e, também não concordo com o documento. Aliás, comecei por dizer exactamente isso. Que a pessoa que tem a seu cargo - e não me vão, com certeza, pedir a mim para fazer isto, não é? Porque nem sequer tenho formação nesta área - a pessoa que tem a seu cargo este trabalho tem tido problemas muito complicados e, portanto, esperemos que melhore a todo o momento, essa situação. Claro que levantou a questão das dívidas à Banca e aos leasings. Deixe-me dizer-lhe, senhor doutor Luís Nascimento, que as dívidas à Banca são aquelas que os senhores deviam ter pago e não pagaram. Portanto, não contraí mais empréstimos. Relativamente às dívidas, deixe-me dizer-lhe que, as dívidas à Banca são aquelas que os senhores deviam ter pago e não pagaram e que me levaram a contrair empréstimos e, em relação aos leasings, ainda hoje estou a pagar a vagona que os senhores ofereceram à Junta de Freguesia da Orada. Portanto, esses, os leasings são exactamente os mesmos que os senhores tinham, mas, de qualquer maneira, fique descansado que ser-lhe-á fornecida toda esta informação. Uma coisa é certa: é que pode haver estas dívidas, mas há uma coisa muito importante, é que nós temos a obra feita, o que não acontecia quando cá cheguei. Relativamente ao deputado Carlos Cabral, deixe dizer-lhe que estamos de acordo. Aliás, isso já foi visto mais do que uma vez. Acontece que não temos tido, contrariamente, àquilo que algumas pessoas pensam, tempo para reflectir muito sobre estas coisas. É verdade, tem razão; e, portanto, isto implica que tenha que haver, da parte de quem faz este trabalho, alguém que vá supervisionar. Quanto ao senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos, concordo que realmente há algumas faltas em Rio de Moinhos. Essas faltas não são faltas de agora, só estamos cá há dois (02) anos e nove (9) meses, aliás, ainda não chega - penso que aquilo que nós temos feito por Rio de Moinhos é muito importante. De qualquer maneira, lançava-lhe aqui uma réplica que era que o senhor Presidente, na próxima semana, me apresentasse mais um terreno em Rio de Moinhos para um loteamento que eu compro-o logo a seguir. Dentro do perímetro urbano, o senhor Presidente, na próxima semana, apresente-me um terreno em condições de ser comprado que eu compro-o imediatamente, garanto-lhe que o compramos imediatamente. E o senhor até sabe, tem havido um grande esforço da nossa parte no sentido de adquirir isso. Portanto, proponho-lhe que, na próxima semana, me apresente um terreno para comprar. Relativamente à questão do senhor deputado Rui Bacalhau, é óbvio que estamos plenamente de acordo, mas também lhe pedia uma coisa, já agora, que fizesse o mesmo que fez o doutor Luís Nascimento. Era que me apresentasse uma proposta, com base nestes números que tem, que me apresentasse uma proposta do novo quadro, também na próxima semana, para nós equacionarmos, junto da técnica, a viabilidade de o elaborar.

O membro Rui Bacalhau: Peço desculpa. Já apresentei em devido tempo, logo no primeiro (1.º) ano apresentei. Peço desculpa e tenho-o em minha casa. Posso-o trazer também.

O Presidente da Câmara Municipal: Eu agradeço-lhe. Claro que isto aplica-se relativamente à questão das competências da Assembleia Municipal de acompanhamento financeiro, uma das coisas que tem pautado este Executivo é pela transparência. Portanto, qualquer eleito da Assembleia Municipal, através da Mesa, pode pedir as informações que quiser e entender que ser-lhe-á respondido e disponibilizada toda a informação que quiser e entender. Muito obrigado. O senhor vereador está-me a pedir a palavra, se fosse possível.

O Vereador Humberto Ratado: Senhor Presidente, se me permite, é só para responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos que, quanto à questão do Espaço Internet, penso que já foi aqui dito, que a candidatura só comportava um (01) Espaço Internet por concelho. Nós questionámos, nós queríamos levar para as sedes de freguesia, nomeadamente a Orada e Rio de Moinhos dois (02) pólos também de Espaço Internet para lá, mas disseram-nos que não; só comportavam um (01). Tínhamos que decidir e o Espaço foi este. E de lembrar ao senhor Presidente da Junta que isto não serve só Borba; isto é para todo o município de Borba. Atenção. Todos os miúdos podem lá ir, toda a gente pode lá ir, toda a gente pode inscrever-se e utilizar o que tem estado a acontecer. Lamentavelmente, a Junta de Freguesia fez; aliás, eu não me recordo se o senhor Presidente esteve na inauguração do Espaço, mas creio que sim. Não esteve? Pronto. Mas fui informado pela doutora Ana Mendonça, que teve o prazer de estar connosco na inauguração do Espaço, em que nos falou e eu depois fiz a questão de transmitir aos presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente das freguesias rurais, poder-se-iam candidatar, eles próprios, através talvez do que o senhor Presidente acabou de fazer. Só que nós, Câmara, só podíamos, naquele momento, ir para (01) um e tinha que ser mesmo assim. Portanto, não podia subdividir. Eu queria fazer nos três (03); lamentavelmente não pôde ser. Tenho dito.

O membro Luís do Nascimento: Senhor Presidente da Câmara, a ver se me esclarece bem sobre isto. Primeiro, eu falo muito e deixa-me de ouvir, mas depois diz que me ouviu muito bem. Era só para perceber o que é que se passa aí assim. Agora, o que é evidente é que, sem haver uma informação escrita, nós não podemos avaliar qual é a dívida da Câmara à Banca e em leasings; não podemos adivinhar, como é evidente. E só posso avaliar se a dívida que, neste momento, a Câmara tem à Banca é a dívida que deixou a CDU só, de facto, só com a informação escrita. Mas só para dizer o seguinte: a CDU, quando deixou os desígnios da Câmara em dois mil e um (2001), tinha uma dívida global de cerca de novecentos mil contos (900.000.000\$00). Neste momento, a Câmara de Borba tem uma dívida superior a um milhão de contos (1.000.000.000\$00); um milhão e cem mil contos (1.100.000.000\$00), certamente. Só depois de ter as informações que pedi, é que é possível avaliar nesse sentido. Naturalmente, que a obra que os senhores têm feito; também era melhor que, ao fim de quase três (03) anos de mandato, não tivessem feito obra. Também era melhor porque quem perderia, de facto, seriam os borbenses. Agora, o que me custa, de facto, não é entender - como é que hei-de explicar? - custa-me, de facto, que essa obra seja feita à custa dos fornecedores da Câmara, não é? Que, que vêm agravada, no dia-a-dia; ainda há bocado expliquei ao senhor Presidente e a esta Mesa e aos senhores munícipes que estão presentes que, diariamente, a Câmara se endivida em mais de trezentos e oitenta contos (380.000\$00) que aqueles que já estava endividada, não é? Que não é brincadeira nenhuma. Mas que isso, de facto, se veja em obra. Aliás, aqueles quadros, os quadros, os gráficos que eu fiz e não mostrei, mas que revelam que a despesa está a descer e que o endividamento está a subir, são sintoma disso. Está-se a fazer obra sem se pagar aos fornecedores. Depois, senhor deputado Rui Bacalhau, tem acusado a CDU de muita coisa; agora, acusarem-me a mim de fazer estas informações financeiras, estes quadros? Como é que pode ser? O senhor deputado, certamente, não lê é bem as informações financeiras que são entregues. No ponto dois (02) da informação financeira vem lá, número a número, qual é a dívida da Câmara a fornecedores. Está lá. É só pôr num quadro e fazer as contas. Acho que nem eu faria essas coisas à Câmara porque não tenho nenhuma acessoria com a Câmara. A Câmara tem várias acessorias e muitas, eu não tenho acessoria nenhuma. Portanto, não estava, de facto, disponível para fazer isso.

O membro António Paixão: Senhor Presidente da Câmara; devo dizer-lhe em primeira-mão que não é o meu timbre o responder logo às réplicas. Não é, não se passa agora aqui de estarmos a espicaçar - se o termo é assim - mas sabe que pode contar comigo nalgumas ajudas que eu lhe possa dar. No entanto, tem que reconhecer que é à Câmara Municipal que compete a procura dos terrenos em Rio de Moinhos, como

em São Bartolomeu ou em qualquer outro local do concelho, não é verdade? De qualquer forma, o senhor também sabe, tem-me falado várias vezes na hipótese do terreno do Barroso, portanto, se já andamos há dois (02) anos a falar disso, já deveríamos, já poderíamos ter desbloqueado a situação. É aí que eu entendo que o empenho não será talvez o suficiente. Em relação ao senhor, ao senhor vereador Humberto que me diz, e muito bem, que só se pode candidatar uma vez. Senhor vereador, há outras formas. Transfira-nos uma verba para nós agora pagarmos a nossa participação do Espaço Internet em Rio de Moinhos, por exemplo. Compense-nos, de alguma forma; essa é que era a contrapartida que deveríamos tirar das outras freguesias que podem ter e a Freguesia de Rio de Moinhos não tem. Então, a Câmara podia ter aí mais algum apoio. Muito obrigado.

O membro Rui Bacalhau: Era só para responder ao deputado doutor Luís Nascimento. Para lhe dizer que eu, quando disse que as contas eram feitas por ele, não é estas obviamente. Embora ele tenha muita informação, mas não eram estas. É que as contas são iguais às do mandato da CDU e, nessas do mandato da CDU, ele tinha algumas responsabilidades, pelo menos, fazia-me constar isso, não é? E, já agora, que tive o uso da palavra, perguntava também ao vereador Humberto: senhor Humberto, no passado, os grupos que vinham às festas do Senhor dos Aflitos normalmente eram de borla. O "Toranja", quanto é que custou? Porque até tiveram o azar de me estragar as festas. O meu filho achou aquilo tão mau que me obrigou a ir para casa. Quanto é que aquilo custou, senhor vereador, já agora, por curiosidade?

O Vereador Humberto Ratado: Se me permite, senhor Presidente. Muito obrigado. Primeiramente, permite-me responder ao senhor Presidente de Junta Paixão, é o seguinte: senhor Presidente, eu soube, eu soube que o senhor se candidatou e que tem esse espaço a funcionar não foi pela voz do senhor Presidente, nem por escrito, nem particularmente. Aliás, estou a saber agora, mas particularmente, por outras pessoas, soube que já tinha isso a funcionar. Evidentemente, porque isso é uma candidatura que a Junta de Freguesia faz. Então, se precisa de um apoio, venha falar com a Câmara, para a Câmara poder equacionar. Eu não adivinho que o senhor tem lá esse espaço e que fez essa candidatura. E, aliás, fez referência agora, aqui, afirmadamente, sei-o agora pela sua voz. É preciso que se entenda. Portanto, pode-se equacionar apoios, sim senhor, mas veja que a Câmara não teve conhecimento dessa candidatura. Eu, pelo menos, digo que não tive. Quanto ao deputado Rui Bacalhau, deixar-me dizer, por muito mau, tudo bem, as opiniões são como são, mas, além dos "Toranja", até lhe digo mais, a festa tem-se mantido, tenho procurado manter a festa nos níveis, nos custos relativamente, até aos anos em que iniciámos, dois mil e dois (2002), dois mil e três (2003), anda à volta dos trinta (30), trinta e cinco mil euros (35.000). Quanto é que custou os "Toranja"? Foi à volta dos, sensivelmente, nove mil euros (9.000). Não há problema nenhum em dizê-lo. Portanto, tenho dito.

O Presidente da Câmara Municipal: É só um pequenino esclarecimento. Não vale a pena estarmos com grandes conversas. De qualquer maneira, dizer que, em relação à questão da aquisição de terrenos em Santiago de Rio de Moinhos, as pessoas que são de Rio de Moinhos, e o senhor Presidente da Junta sabe que tem havido um esforço, da minha parte, muito grande no sentido de adquirir terrenos para loteamentos porque eu estou consciente de que isso aconteceu, isso acontece; há essa falta. Aliás, e há essa falta porquê? Exactamente, porque há um problema muito complicado com Rio de Moinhos e que o senhor Presidente ainda não referiu e aí é que está o, o busílis da questão - como se costuma dizer - que é a delimitação do perímetro urbano de Rio de Moinhos. Portanto, o senhor Presidente sabe perfeitamente, conhece as leis da oferta e da procura e sabe perfeitamente que, quanto menos terrenos existirem, mais dificuldades há em se adquirirem. Portanto, além dos preços serem extremamente elevados, depois há outras complicações muito grandes que normalmente têm que ver com a legalização. É que nós não somos nenhuma empresa privada; nós não somos, eu não compro um terreno e o senhor também não para a Câmara como compramos particularmente e, portanto, o que acontece é que - e o senhor Presidente até sabe disso - o último terreno que foi adquirido, para se conseguir fazer a escritura que via ser feita, salvo erro, esta semana, se for possível - está-me aqui o vereador já a dizer que não - andámos para desbloquear toda a situação - porque o terreno até está limpo para ser comprado pela Câmara - toda a situação burocrática de legalização do terreno a favor do proprietário há mais de seis (06) meses; há mais de seis meses. E esta situação passa-se com este terreno e passa-se com o outro. Ultimamente, o senhor Presidente até sabe que se detectou que, afinal, o terreno tinha quatro mil (4.000) e tal metros; agora

detectou-se que há mil metros (1.000m) de um quintal, que nem se sabe as delimitações e que vai acabar com uma frente que, inicialmente, estava prevista. Ou seja, a valorização do terreno é diferente, e mais, só lhe quero dizer que, se fossemos comprar também esse quintal, esse quintal é propriedade de vinte e cinco (25) herdeiros. Portanto, veja a dificuldade que há em resolver uma situação que, às vezes, parece que é simples. Portanto, nós, Câmara, estamos conscientes que essa é uma das graves lacunas de Santiago. Não estamos a falar das restantes freguesias do concelho; aliás, as restantes aldeias da freguesia que também seria interessante fazer-se um levantamento do investimento nelas. Não vale a pena, não estamos nisto. Mas dizer-vos que, em relação ao loteamento, é uma prioridade para nós e esperemos que, realmente, este agora vá minorar um pouco o problema e que se consiga adquirir o outro terreno que há bocado, toda a gente, suponho eu, ficou consciente disso, por Santiago também não ter nem planos de pormenor, nem plano de urbanização e, portanto, quando se trata de expropriação - que os valores são extremamente elevados que as pessoas pedem pelos terrenos - não é, não é fácil expropriar. Não é fácil porque não existem esses instrumentos de planeamento e, portanto, temos que equacionar sempre estas situações porque falar, às vezes, é fácil. Resolver os problemas torna-se muito mais difícil. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar à leitura da minuta da acta da sessão. A minuta está aprovada por unanimidade. Está encerrada a sessão.

#### **ANEXOS A ESTA ACTA:**

Anexo 1 - Correspondência recebida

Anexo 2 - Correspondência expedida

Anexo 3 - Declaração de voto dos membros Jerónimo Cavaco e Rui Bacalhau

Anexo 4 - Proposta apresentada pelos eleitos da CDU - Taxas do IMI

Anexo 5 - Requerimento apresentado pelos eleitos da CDU